

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

LARISSA APARECIDA FORNER

**FRANCISCO SCHMIDT: O COLONO QUE SE TORNOU O 'REI
DO CAFÉ' (1890 – 1924)**

Este exemplar corresponde à
versão revisada, após a defesa
realizada em Julho de 2017.

São Paulo
2017

LARISSA APARECIDA FORNER

**FRANCISCO SCHMIDT: O COLONO QUE SE TORNOU O ‘REI
DO CAFÉ’ (1890 – 1924)**

Dissertação, apresentada ao Programa de Pós - Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História Econômica.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Hideiki Nozoe

Este exemplar corresponde à versão revisada, após a defesa realizada em Julho de 2017.

De acordo: Prof. Dr. Nelson Hideiki Nozoe

2017
São Paulo

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

F727f Forner, Larissa Aparecida

Francisco Schmidt: o colono que se tornou o 'Rei do Café' (1890 - 1924) / Larissa Aparecida Forner ; orientador Nelson Hideiki Nozoe. - São Paulo, 2017. 104 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
História Econômica.

1. Economia Cafeeira. 2. Ribeirão Preto. 3. Francisco Schmidt. I. Nozoe, Nelson Hideiki, orient. II. Título.

LARISSA APARECIDA FORNER

**FRANCISCO SCHMIDT: O COLONO QUE SE TORNOU O ‘REI
DO CAFÉ’ (1890 – 1924)**

Dissertação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: 20/07/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Nelson Hideiki Nozoe – Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Luciana Suarez Lopes – Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi – Universidade Estadual Paulista, UNESP -
Franca

Aos meus pais.

Agradecimentos

Agradeço ao professor Nelson Hideiki Nozoe pela orientação, apoio e paciência, durante a realização deste trabalho, por me mostrar o quanto ainda tenho para aprender.

Ao CNPq pelo apoio no desenvolvimento dessa pesquisa através da bolsa concedida.

Aos professores membros da banca de qualificação, Alexandre Macchione Saes e Luciana Suarez Lopes, cuja leitura e sugestões foram de suma importância para a finalização da dissertação.

Agradeço aos funcionários do Arquivo Público de Ribeirão Preto (APHRP); aos funcionários do Museu do Café Francisco Schmidt, em especial à Tânia; e aos funcionários do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Agradeço aos meus pais e a minha irmã que fizeram de tudo para dar apoio e suporte para que eu conseguisse realizar minha pesquisa.

Aos meus amigos que souberam entender minha ausência. Não posso deixar de mencionar o apoio dos amigos Abner Cruz, Ângelo Imon, Caroline Rodrigues, Daniela Guedes, Diego Ungari, Jéssica Abud, Michel Yamamoto, Stéphanie Fernandes e Vinicius Fattori, que mesmo distante sempre tiveram uma palavra de apoio e carinho nos momentos que precisei, além de compreender as constantes ausências. Não posso deixar de agradecer os amigos que fiz na FFLCH, Natânia Silva, Jéssica Silveira, Bruno e Leonardo, que sempre estiveram dispostos a ajudar no momento mais difíceis da pesquisa e vida, com bons conselhos e leituras atentas.

“O tempo é um tecido invisível em que se pode bordar tudo.”
Machado de Assis

“(...) o historiador é aquele que impede a história de ser somente história (...).”
Pierre Nora

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo estudar os mecanismos que propiciaram Francisco Schmidt a deixar sua condição de colono e imigrante, passando a participar ativamente da sociedade de forma política e econômica, na região de Ribeirão Preto do final do século XIX e início do século XX.

Além disso, busca estudar as tomadas políticas em relação à cafeicultura paulista, suas intenções e seus reais efeitos na economia regional, a criação da especulação imobiliária da região, na época, a necessidade de melhores meios de transporte, seus incentivos e objetivos, o funcionalismo colonial dado no período sob as políticas regentes e, finalmente, o capital estrangeiro propiciado por empresas como Theodor Wille & Cia, e como esses fatores ajudaram Francisco Schmidt e suas atuações inovadoras a alcançarem sucesso e êxito, permitindo um imigrante alemão a se tornar um 'Rei do Café'.

Palavras-Chaves: Economia Cafeeira; Ribeirão Preto; Francisco Schmidt.

ABSTRACT

This work aims to study the mechanisms that allowed Francisco Schmidt to leave his status as colonist and immigrant, starting to participate actively in politics and economically in the region of Ribeirão Preto in the late nineteenth and early twentieth century.

In addition, it seeks to study the political take of São Paulo's coffee industry, its intentions and its real effects on the regional economy, the creation of real estate speculation in the region, at the time, the need for better means of transport, its incentives and objectives, functionalism colonialism given in the period under the governing policies and finally the foreign capital provided by companies like Theodor Wille & Co., and how these factors helped Francisco Schmidt and his innovative actions to achieve success and success, allowing a German immigrant to become a ' King of the Café '

Keywords: Coffee Economy; Ribeirão Preto; Francisco Schmidt.

SUMÁRIO

Introdução.....	14
CAPÍTULO 1. Imigração Alemã e a Chegada de Francisco Schmidt: origens e consolidação como produtor cafeeiro.....	24
1.1 Imigração e os Alemães.....	24
1.2 Francisco Schmidt: origens e consolidação como produtor de café.....	40
CAPÍTULO 2. Café, Estrada de Ferro e o ‘Rei Do Café’	46
2.1 Expansão cafeeira em São Paulo e a Estrada de Ferro.....	46
2.2 Primeiras propriedades de Francisco Schmidt.....	63
CAPÍTULO 3. Morte do Coronel Francisco Schmidt: o fim do Reinado do ‘Rei Do Café’	74
3.1 Ascensão e Desintegração da Companhia Agrícola Francisco Schmidt.....	74
3.2. Fim do Reinado Do Coronel Francisco Schmidt.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
FONTES.....	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	85
ANEXO I.....	91
(DECRETO DE 16 DE MARÇO DE 1820)	
ANEXO II	93
Cronologias: mão de obra (Imigrantes); Política Migratória; Francisco Schmidt	

ANEXO III.....	98
Áreas da Companhia Agrícola Francisco Schmidt no ano de sua criação (1918)	

ANEXO IV.....	100
Bens da Companhia Agrícola Francisco Schmidt (1920)	

ANEXO V.....	102
Transcrição da Partilha do Inventário de Francisco Schmidt	

Índice de Imagens, Gráficos, Mapas e Tabelas

IMAGEM 1. O 'Rei do Café'.....	40
IMAGEM 2. Engenho Central, propriedade de Francisco Schmidt.....	43
IMAGEM 3. Cel. Arthur Diederichsen, Cel. Francisco Schmidt e Dr. Francisco de Freitas Ramos.....	63
IMAGEM 4. Estação Francisco Schmidt.....	69
IMAGEM 5. Prédios do Museu do Café Francisco Schmidt.....	82
MAPA 1. Estrada de Ferro Mogiana.....	56
TABELA 1. Imigração alemã no Brasil período de 1824-1847 a 1960-1969.....	34
TABELA 2. População de São Paulo: número de habitantes por período.....	50
TABELA 3. Produção Cafeeira: arrobas de café por período.....	50
TABELA 4. 1886: Produção de café e população na província de São Paulo.....	53
TABELA 5. São Paulo: maiores produtores (1912).....	58
TABELA 6. Produção cafeeira do município de Ribeirão Preto (1911-1921).....	59
TABELA 7. 1920: Produção de café e população na província de São Paulo.....	60
TABELA 8. Principais Fazendeiros de Ribeirão Preto (1922).....	62
TABELA 9. As Fazendas de Francisco Schmidt (Ribeirão Preto, 1899).....	67
TABELA 10. Relação dos maiores lavradores de Café de Estado de São Paulo (1904 - 1905).....	70
TABELA 11. Dez maiores negociantes por somatório de compras e vendas em Ribeirão Preto entre 1889-1930	80

Lista de Abreviaturas

AESP: Arquivo do Estado de São Paulo.

APHRP: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

AFRP: Arquivo do Fórum de Ribeirão Preto.

INTRODUÇÃO

A temática desta dissertação foi pensada durante o trabalho de conclusão de curso (TCC) em 2012, na área de História pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Unesp – Franca. Durante a pesquisa no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (APHRP), sobre o núcleo colonial presente na cidade, me deparei com matérias em jornais¹ do período onde era frequente a menção aos coronéis e cafeicultores de grande importância, dentre eles o do coronel Francisco Schmidt.

Outro fator que chamava a atenção sobre Francisco Schmidt era que estava diante de um imigrante que tinha obtido sucesso, uma vez que comparado com os italianos, grande maioria dos imigrantes em Ribeirão Preto, que tinham sido designados para o núcleo colonial Antônio Prado², Schmidt havia conseguido deixar a condição de colono e tornou-se um grande cafeicultor. Isso por si só já era interessante, mas o fator determinante para o desenvolvimento da dissertação, foi quando encontrei nos Almanques locais referências ao Francisco Schmidt como o 'Rei do Café'³.

Assim, foi trabalhada a questão de ascensão desse personagem dentro da história regional de Ribeirão Preto. Francisco Schmidt se mostrou importante, também, em outras temáticas, tendo participação no cenário político, econômico e social.

Para que se compreenda melhor o porquê da temática aqui proposta faz-se necessária uma breve apresentação do personagem, bem como uma breve apresentação bibliográfica sobre a produção de café, além do contexto político e social que vigorava na época. Para isso, utilizou-se o trabalho de conclusão do curso em História, *Um coronel alemão na capital do café: Francisco Schmidt*

¹ O jornal utilizado era *A Cidade*, um jornal regional, tendo destaque os acontecimentos da cidade de Ribeirão Preto e região.

² O Núcleo Colonial Antônio Prado ocupou as terras devolutas na várzea do ribeirão Preto e do córrego Retiro, e sua criação visava abastecer a população com gêneros de subsistência e atrair 'braços para a lavoura'. "O Núcleo Colonial Antônio Prado também contribuiu para a criação de condições para o surgimento das primeiras indústrias: mão-de-obra abundante e mercado consumidor para os produtos a partir da necessidade de produção de bens de consumo." MANHAS, A.C.B.S. **Formação e desenvolvimento do núcleo colonial Antônio Prado em Ribeirão Preto (SP)**. 2010. p.12.

³ Rei de Café foi um título informal, dado no Brasil, no século XIX e no século XX, ao maior empresário rural plantador de café de sua época. Existiram quatro reis do café: Joaquim José de Sousa Breves, Henrique Dumont, Francisco Schmidt e Geremia Lunardelli.

e a modernização urbana de Ribeirão Preto durante a Belle Époque Caipira (1892 – 1920), de Marcos Aurélio de Sousa Lombardi⁴.

O processo de imigração alemã para o Brasil se deu nos séculos XIX e XX, sendo mais intenso de 1824 a 1930. Muitos desses alemães buscavam na emigração uma saída para os infortúnios em que se encontravam; até 1871 não existia um Estado alemão, haviam condados, reinados e ducados.

Enquanto para os alemães a vinda ao Brasil representava um escape da pobreza, seja ela ainda resquício da destruição deixada pelas guerras napoleônicas, como do processo de industrialização que aumentava a pobreza entre os camponeses. No lado brasileiro, a atração desses germânicos se deu como resultado da presença de indivíduos influentes de origem alemã dentro do governo imperial brasileiro, a exemplo de Maria Leopoldina.

Francisco Schmidt⁵ conheceu o café aos 8 anos, em 1858, quando emigrou do Reino da Prússia, com seus pais, e trabalhou na Colônia São Lourenço, na Fazenda Felicíssima⁶. Em 1875, transferiu-se para a fazenda que pertenceu ao Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar (1795 – 1857). Nesta última, Francisco Schmidt aprendeu novos ofícios, tais como maestria de máquinas e administração. No ano de 1878, adquiriu um armazém de secos e molhados, em Descalvado. Neste período, começou a trabalhar também como corretor de café para a empresa de *Theodor Wille*⁷, firma que foi sempre sua principal parceira de negócios e referência em logística.

Contudo, a parceria se dissolveu em 1924, com a morte de Francisco Schmidt. Poucos anos mais tarde, com a quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, a firma *Theodor Wille & Cia.*, debilitada pela crise mundial, se viu forçada a cobrar pelos débitos contraídos durante os anos de parcerias, restando aos herdeiros negociarem suas terras no interior para pagar as dívidas.

⁴ Trabalho apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista, no ano de 2007.

⁵ Francisco Schmidt, nascido no Reino da Prússia como Franz Schmidt, (Osthofen, 3 de outubro de 1850 — São Paulo, 18 de maio de 1924) foi um fazendeiro, empreendedor e político prussiano naturalizado brasileiro, radicado em Ribeirão Preto. É denominado como o terceiro 'Rei do Café'.

⁶ Fazenda de propriedade do Comendador Luiz Antônio de Souza Barros (1809-1887), em São Carlos do Pinhal (atual São Carlos).

⁷ Firma sediada em Hamburgo, na Alemanha, com filiais em Santos, São Paulo e Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0090b.htm>> Acessado: 25 nov 2016.

A cidade de Santos merece grande destaque no que diz respeito à parceria entre a *Theodor Wille & Cia.* e Schmidt, por possuir o principal porto do país, que exportava quase que a totalidade da produção nacional de café. Além disso, era uma das cidades mais antigas do Brasil, fundada em 1532. Em 1546 o povoado foi elevado à categoria de Vila, mas, até o início do século XIX foi uma vila pequena e sem grande expressão, com uma escassa população que vivia do que extraía do mar⁸. Somente em meados da década de 1830, com o deslocamento do centro dinâmico da economia cafeeira para o Planalto Paulista, o porto de Santos assumiu uma posição cada vez mais estratégica na economia nacional.

A pequena Vila foi promovida à categoria de cidade em 1839 e alcançou grande desenvolvimento a partir da segunda metade do século XIX, devido ao comércio e a exportação do café plantado nas grandes propriedades do interior paulista. Nesse período despontava o Vale do Paraíba.

Podemos dizer que o crescimento de Santos e de sua riqueza deveu-se à presença do porto e ao “eixo” criado com a cidade de São Paulo, de tal forma que até hoje a maior parte das exportações brasileiras ainda passam por suas docas. Por exemplo, somente no ano de 1897, foram embarcadas seis milhões de sacas de café⁹. E que poucos anos depois, o porto chegou a monopolizar 95% do volume total das exportações brasileiras¹⁰, de modo que “quase dois terços de toda a exportação do café brasileiro passavam pelo porto de Santos”.¹¹ Esses números são ainda mais impressionantes se levarmos em conta que entre os anos de 1880 e 1929, quando a produção de café declinou devido à crise do capitalismo mundial, o Brasil respondeu por cerca de três quartos do comércio mundial do produto¹². Por números como esses que o

⁸ Podemos citar algumas atividades, tais como: a pesca, a extração do sal marinho e a comercialização de óleo de baleia.

⁹ Informação retirada de: <<http://www.sescsp.org.br/sesc/hotsites/memoriasdocomercio/comerciosan/historia/pdfs/cap1.pdf>> Acessado 25 nov 2016.

¹⁰ Informação retirada de: <<http://www.sescsp.org.br/sesc/hotsites/memoriasdocomercio/comerciosan/historia/pdfs/cap1.pdf>> Acessado 25 out 2016.

¹¹ HOLLOWAY, Thomas H. **Vida e morte do Convênio de Taubaté**: a primeira valorização do café. 1978. p. 13.

¹² Cf. VIAN, Carlos Eduardo de Freitas; PEREIRA, Elisa Carlos. **Estudo de caso sobre a influência da produção cafeeira do século XIX na conjuntura econômica atual da região de Itatiba**. p. 17-18. Disponível em: <<http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/viewFile/37/37>> Acessado 25 out 2016.

porto foi denominado, por José Ribeiro de Araújo Filho, como o “Porto do Café”¹³.

Fica claro que a estrutura portuária da cidade foi sendo construída, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, graças à riqueza gerada com o comércio cafeeiro. Em 1892 foi inaugurado o primeiro trecho de 260 metros de cais do porto pela Companhia Docas de Santos¹⁴, com o objetivo de facilitar a atividade exportadora. Em 1922 ficou pronta a sede da Bolsa Oficial do Café, construída pela Associação Comercial de Santos.

Por mais que essa relação entre São Paulo – Santos mostrou-se importante para as duas cidades, esse binômio também encontrava problemas e percalços, ainda mais em virtude das sucessivas crises de transporte terrestres. Essas crises ocorriam em função do aumento sucessivo, no período, do tráfego de importações bem como do de exportações, onde as melhorias nas linhas férreas e o aumento do número de estradas não acompanhavam a escalada do comércio¹⁵.

O desenvolvimento da cafeicultura em São Paulo, além de possibilitar o crescimento do porto de Santos, imprimiu grande dinamismo às relações de trocas. A complexidade do sistema de comercialização do café deu origem ao comissariado, base do comércio de Santos. O comissário acumulava as funções de financiador e de vendedor da produção e controlava o fluxo monetário que se dirigia ao fazendeiro.¹⁶ Contudo, quanto mais se aumentava a produtividade, mais crescia a necessidade de modernizar os negócios. O esquema de comercialização, exclusivo dos comissários, acabou passando para as mãos de grandes casas exportadoras, como a *Theodor Wille & Cia*.

Nesse momento de grande produtividade da cafeicultura também começou a se pensar sobre a questão da carência de mão de obra nas fazendas. Reconhecida a ineficiência do Governo Central para resolver o problema, os fazendeiros se propuseram a solucioná-lo, voltando-se para o recrutamento de imigrantes europeus. Segundo Celso Furtado, “(...) com a

¹³ Cf. ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. **Santos, o porto do café**. 1969. p. 144.

¹⁴ Esses 260m de cais substituíram os antigos trapiches e pontes, marcando assim, o início do funcionamento das instalações do porto de Santos, como um porto organizado. Informação retirada de: <<http://www2.transportes.gov.br/bit/05-mar/1-portos/Santos.pdf>> Acessado 25 set 2016.

¹⁵ Cf. ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. **Santos, o porto do café**. 1969. p. 176.

¹⁶ Cf. MORAES, Maria Luiza de Paiva. **A atuação da Firma Theodor Wille & Cia. no mercado cafeeiro do Brasil (1844-1918)**. 1988. p. 46; 56; 65.

descentralização republicana, o problema da imigração passou às mãos dos estados, sendo abordada de forma muito mais ampla pelo governo do Estado de São Paulo, pela própria classe dos fazendeiros de café.”¹⁷

Uma das primeiras vitórias alcançadas pelo grupo favorável à introdução de mão de obra livre na lavoura cafeeira foi a lei que autorizava o governo a emitir apólices para auxiliar no pagamento de passagens de imigrantes, em 1871, também foi criada a Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração¹⁸.

A *burguesia cafeeira* já tinha assumido o controle da máquina estatal nas últimas décadas do Império, mas foi com a República que os produtores conseguiram estender sua hegemonia de nível regional para o nível nacional.¹⁹ Contudo, torna-se necessário relativizar essa expressão de *burguesia cafeeira*, embora frequentemente encontrada na literatura do período. O principal opositor à essa generalização foi Sérgio Silva. Segundo ele, no período em questão

diferentes funções são reunidas pelo capital cafeeiro e não diferem (...) frações de classe relativamente autônomas; não havia uma burguesia agrária cafeeira, uma burguesia comercial, etc., mas uma burguesia cafeeira exercendo múltiplas funções.²⁰

A cidade de Santos, além de porta de entrada e de saída de mercadorias, foi ponto de acesso dos imigrantes estrangeiros às fazendas de café do interior paulista. No período entre 1850 e 1930 teriam entrado aproximadamente 4 milhões e meio de imigrantes no Brasil, sendo que em São Paulo entraram 1.485.000 italianos, 1.321.000 portugueses e 583.000 espanhóis.²¹

Foi nesse momento de grande entrada de mão de obra imigrante que São Paulo ascendeu no cenário cafeeiro, com um surto produtor no início de 1870.

¹⁷ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 2003. p. 205.

¹⁸ Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração, criada por lei provincial nº42 de 30 de março de 1871, pretendia ajudar os fazendeiros, tendo como objetivo implementar projetos de imigração e introduzir colonos.

Esta Associação se encarregava de recepcionar, alimentar, abrigar e encaminhar para o trabalho nas lavouras os imigrantes em São Paulo. A Associação pagava todas as despesas de alimentação, hospedagem e cuidados médicos e depois recebia um ressarcimento do Governo Provincial Paulista.

¹⁹ Cf. FAUSTO, Boris (org.). **Expansão do café e política cafeeira**. 1975. p.200.

²⁰ SILVA, Sergio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. 1995, p. 60.

²¹ Cf. PETRONE, Maria Thereza S. **O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)**.1982. p11.

Em 1890 o estado já liderava a produção cafeeira no cenário internacional. Dentro de São Paulo houve mudanças nas áreas produtoras: o Vale do Paraíba começou a entrar em decadência, sendo substituído pelo chamado “Oeste Paulista” (1850). Segundo Warren Dean, o tipo de mão de obra utilizada nas plantações de café caracterizou uma diferença fundamental entre os fazendeiros do Vale do Paraíba e os do Oeste Paulista, pois “as plantações do Vale do Paraíba se desenvolveram à sombra do trabalho escravo.”²²

Mesmo com a pujança que o café demonstrou ter em São Paulo não podemos esquecer a importância do chamado “ciclo do açúcar”. Em seu clássico trabalho sobre a produção açucareira em São Paulo, Maria Thereza S. Petrone demonstrou que o açúcar teve papel fundamental para o rápido crescimento da produção cafeeira nas terras do antigo Oeste Paulista, uma vez que cedeu-lhe terras já desbravadas, forneceu capitais e escravos já concentrados e criou um sistema comercial e de transporte, com seus caminhos de tropas de mulas, tropeiros e comerciantes, para a exportação dos produtos da Província. Sem tais condições não teria sido possível o rápido crescimento da produção e exportação do café pelo porto de Santos²³.

Mas o café não apenas se beneficiou da estrutura criada pela produção do açúcar, como também ajudou. Foi o desenvolvimento do complexo cafeeiro e sua expansão que permitiu a sobrevivência da atividade açucareira paulista e possibilitou a criação da grande indústria de açúcar e álcool de São Paulo, no último quartel do oitocentos. O complexo cafeeiro retribuiu o complexo açucareiro com capitais, estradas de ferro, imigrantes e um amplo mercado consumidor de açúcar, aguardente e álcool. “O quadrilátero do açúcar deixou de sê-lo, para se dedicar com a verdadeira obsessão à cultura do café.”²⁴ Assim, temos a troca do açúcar pelo café, e a expansão da cultura do café e de sua hegemonia em São Paulo²⁵.

Entre os emigrados notava-se um interesse não só relacionado à abertura do mercado de trabalho, proporcionado pelo café, mas também um “sonho” de

²² DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. 1971. p.48

²³ PETRONE, Maria Thereza S. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)**. 1968, p. 162-163.

²⁴ Cf. PETRONE, Maria Thereza S. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)**. 1968, p. 163.

²⁵ O café desbanca o açúcar na liderança da pauta de exportação paulista do porto de Santos na safra de 1850/51.

fazer fortuna - desejo comum entre os imigrantes, ainda mais quando ligado à possibilidade de adquirir terras. De acordo com Warren Dean,

A propriedade de terra não era vedada ao imigrante; na realidade vastas quantidades de terra se encontravam à venda. Para a consolidação de uma propriedade talvez fosse necessária alguma influência política, pelo menos num plano local, mas esta se adquiria prontamente através da naturalização, da perfilhação partidária e de acordos informais com o chefe político local.²⁶

Todavia, nem todos imigrantes conseguiram ascender socialmente. Aqueles que, segundo Dean, conseguiram se igualar aos fazendeiros em posição social tinham origens totalmente diversas. Dados biográficos revelam que estes homens vieram dos núcleos urbanos, pertenciam a famílias da classe média e possuíam instrução técnica ou, pelo menos, alguma experiência no comércio e/ou manufatura. Outros, ou chegaram ao Brasil dispondo de capital derivado de negócios realizados na Europa, ou com estoque de mercadorias, ou com intenção de instalar uma filial de sua firma no Brasil.²⁷ Entretanto, esta não foi a situação de Francisco Schmidt, uma vez que, quando chegou ao país, não tinha qualquer tipo de experiência. Porém, por meio do pecúlio que acumulou durante o tempo em que trabalhou como colono, Schmidt conseguiu iniciar suas atividades no ramo comercial.²⁸ Por causa do trabalho dessa vultosa massa de imigrantes que o capital estrangeiro conseguiu grandes avanços.

Os imigrantes pareciam às companhias comerciais europeias os instrumentos mais dignos de confiança para o progresso das suas firmas. (...) As firmas europeias também faziam tudo para não depender dos nativos, porque geralmente os consideravam (...) ingenuamente inferiores aos europeus.²⁹

Assim, concluiu-se que o declínio do comissariado e a entrada de mão de obra imigrante favoreceram o avanço do capital estrangeiro no comércio de exportação do café brasileiro.

A expansão cafeeira ocorreu de forma tão desenfreada que gerou a saturação dos mercados ainda no final do século XIX. A partir desse momento

²⁶ DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. 1971. p. 58.

²⁷ DEAN, Warren. op. cit., p.59.

²⁸ DEAN, Warren. op. cit. p. 58.

²⁹ DEAN, Warren. op. cit., p.64-65.

os fazendeiros passaram a conviver com o medo da superprodução de café e a não absorção do excedente pelo mercado, tanto nacional, quanto internacional³⁰.

Para tentar manter o café valorizado, realizou-se, em 1906, o Convênio de Taubaté³¹, promovido pelo governo paulista, mas que contava com representantes mineiros e cariocas, além de empresas estrangeiras, como a *Theodor Wille & Cia.*, que fez parte desse projeto de financiamento. Desta operação de valorização, destacamos duas propostas: a primeira, foi a de fixação do preço do café entre 55 e 65 francos por saca; e a segunda, o levantamento de um empréstimo de 15 milhões de libras esterlinas para financiar a retirada do produto do mercado.³² A valorização estabelecida pelo Convênio perdurou até 1918, quando se conseguiu elevar os preços no mercado internacional do café brasileiro, melhorando as relações de troca do Brasil com os Estado Unidos e a Europa. Porém, para Delfim Netto, esta política de valorização visou “(...) sustentar a riqueza e a produtividade do setor cafeeiro à custa de outras oportunidades mais duradouras para o crescimento, sacrificando a diversificação da atividade econômica.”³³ A política de preços altos, vinculada à defesa permanente do café, favoreceu o aumento do número de cafeeiros em todo o Estado de São Paulo.

³⁰ Até 1895 a produção cafeeira manteve um comportamento de preços em ascendência, devido a massificação do consumo do mesmo, o que fez com que as plantações de café se expandissem. Além do processo de desvalorização da moeda nacional na última década do século XIX, que em partes neutralizou o início da queda das cotações do café no mercado internacional, levando à crise de superprodução, deflagrada de forma evidente nas safras de 1906/07.

Condições estruturais da economia brasileira que levaram à crise de superprodução: absorção dos ganhos de produtividades sob forma de lucros; desvalorizações reais do câmbio; inexistência de custo de oportunidade para os investimentos em café. Soma-se à isto a queda dos preços internacionais do café.

³¹ O Convênio de Taubaté (1906), foi a primeira política de valorização dos preços internacionais do café, foi implantado no último ano do governo de Rodrigues Alves (1902-1906), consistiu um acordo firmado entre os presidentes dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, além da participação de “(...) aliados estrangeiros que intervieram (...) no mercado internacional, para manter um preço estável [do café, devido a confirmação de que a safra de 1906 excederia todas as expectativas.” In: HOLLOWAY, Thomas H. **Vida e morte do Convênio de Taubaté**: a primeira valorização do café. 1978. p.14.

O acordo contemplava duas medidas básicas: primeiro, a intervenção dos estados para regular as vendas do café no mercado internacional; segundo, a criação de uma Caixa de Conversão, para estabilizar o câmbio.

³² Cf. HOLLOWAY, Thomas H. **Vida e morte do Convênio de Taubaté**: a primeira valorização do café. 1978. p. 71-73.

³³ DELFIM NETTO, Antônio. **O problema do café no Brasil**. 2009. p.12.

Além de sua preponderância no cenário cafeicultor, São Paulo também ganhou destaque quanto ao desenvolvimento das ferrovias, as quais visavam facilitar o acesso às regiões cafeeiras e o escoamento de suas safras para o porto de Santos. Assim, com a introdução das ferrovias, a vinda em massa de imigrantes e a disponibilidade de terras foram fatores decisivos que levaram a um grande desenvolvimento da cultura cafeeira.³⁴

Desta forma, partimos da análise de um caso específico, o enriquecimento de Francisco Schmidt, procurando inseri-lo na dinâmica da economia cafeeira, que propiciou as condições para uma aliança entre um produtor e um comerciante, neste caso a firma *Theodor Wille & Cia.* Acreditamos que tal construção se mostra válida pela amplitude pretendida, uma vez que não fixamos uma delimitação baseada exclusivamente em fatores cronológicos, como ciclos de produção e crises do café. Também não nos restringimos ao estudo de casos, apontando somente os fatores que fizeram com que o imigrante alemão, Schmidt, conseguisse se tornar o 'Rei do Café', ou no caso da ascensão da *Theodor Wille*, no âmbito comercial. Buscou-se, então, justificar tal pesquisa pelo fato de que esta análise ainda não fora realizada, além do que, sabemos da importância que a História do Café tem dentro da própria História do Brasil e, assim, apresentar a nossa contribuição para as novas discussões que estão sendo levantadas.

Outra justificativa que se faz necessária recai sobre a questão do recorte temporal, optou-se por abranger o período de início da criação do "império" do coronel Schmidt em 1890, e findar o estudo no ano de morte do mesmo, em 1924, momento em que o império do 'Rei do Café' começou a se desfazer, devido às sucessivas crises de preços que o café vinha passando. O estudo desse período histórico tem um significado importante para entender a presença do capital estrangeiro no Brasil e sua articulação, maior ou menor, com a economia cafeeira.

³⁴ Vários autores mostraram a estreita relação existente entre o desenvolvimento da produção cafeeira, o crescimento populacional e o surgimento das ferrovias no estado de São Paulo, principalmente a partir da década de 1880: CAMARGO, J. F. **Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos**: ensaio sobre as relações entre a demografia e a economia. São Paulo, 1952; MATOS, O. N. de. **Café e ferrovias**: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. São Paulo, 1974; SAES, F. A. M. de. **As ferrovias de São Paulo (1870-1940)**. São Paulo, 1981; HOLLOWAY, T. H. **Imigrantes para o café**: café e sociedade em São Paulo (1886-1934). Rio de Janeiro, 1984.

O trabalho ficou dividido em três capítulos. No primeiro deles, o destaque maior é para o nosso personagem, Francisco Schmidt, e a sua chegada ao Brasil. Apresentamos um quadro geral da imigração para o Brasil, focando-se, especificamente, na imigração alemã.

No segundo capítulo, correlacionamos o café com a expansão ferroviária e destaca o processo de aquisição das primeiras propriedades por Francisco Schmidt e o início da formação do império do 'Rei do Café', que mesmo em momentos de crise da cafeicultura aproveitou a disponibilidade de capital e continuou ampliando suas terras e diversificando suas rendas.

No terceiro e último capítulo, retrata o processo de criação da Companhia Agrícola Francisco Schmidt até o momento de sua desintegração e a partilha entre os herdeiros de Schmidt, após sua morte.

CAPÍTULO 1

IMIGRAÇÃO ALEMÃ E A CHEGADA DE FRANCISCO SCHMIDT: ORIGENS E CONSOLIDAÇÃO COMO PRODUTOR CAFEIEIRO

Este capítulo abordar a chegada dos imigrantes para a lavoura cafeeira no Oeste Paulista, com enfoque a vinda de Francisco Schmidt, e sua família para o Brasil, em 1858. Seu início como cafeicultor, uma breve apresentação do personagem, e a formação das primeiras propriedades do coronel Francisco Schmidt.

Dentro desse cenário trabalhar-se-á consolidação do personagem como grande produtor de café, considerado posteriormente como o 'Rei do Café'.

1.1. IMIGRAÇÃO E OS ALEMÃES

A imigração para Brasil iniciou no período colonial, mas se intensificou a partir do século XIX, quando passou a ter como objetivo a substituição da mão de obra escrava para a lavoura e povoamento da Colônia. Nessa primeira metade do século XIX utilizava-se, predominantemente, a mão de obra escrava na cafeicultura no Vale do Paraíba paulista e na área Central. Tal mão de obra escrava era comprada do Nordeste, de Minas Gerais ou vinda diretamente da África. Até a década de 1850 os escravos representavam a maioria dos trabalhadores das fazendas.

Já na segunda metade do século XIX a utilização da mão de obra escrava passava a ser um problema. Cresceram os ataques à escravidão, isto devido à abolição do tráfico negreiro em 1850 e a intensificação das campanhas abolicionistas³⁵ - como a Lei do Ventre Livre, de 1871. Eram poucos os homens livres que poderiam trabalhar nas grandes lavouras de café. "Os poucos homens livres geralmente trabalhavam em suas próprias roças, plantando para sua subsistência."³⁶

³⁵ Os abolicionistas esperavam que proibindo o tráfico de escravos a escravidão desaparecesse aos poucos, mas não foi o que aconteceu.

³⁶ FREITAS, Sônia Maria de. **E chegaram os imigrantes... (o café e a imigração em São Paulo)**. 1999. p. 27.

Além do mais, a abolição da escravidão, em 1850, acabou coincidindo com a expansão da produção cafeeira no Oeste paulista, assim, a necessidade de mão de obra para a lavoura foi um dos grandes problemas enfrentados por estes fazendeiros, que encontraram na imigração a solução.³⁷

A onda imigratória para o Brasil teve seu início com a abertura dos portos brasileiros no ano de 1808 pelo príncipe regente, D. João VI, sendo estimulada após a publicação de um decreto de 25 de novembro do mesmo ano, que possibilitou o acesso à propriedade da terra a estrangeiros, incentivando assim a entrada de grupos imigrantes das mais variadas nacionalidades no território brasileiro.³⁸

Outro ponto a ser levado em conta, segundo Silvia Siriani, era o de buscar o branqueamento da população brasileira. Segundo a autora,

O ponto de partida para a imigração oficial de alemães para o Brasil foi o decreto de D. João VI, datado de 16 de março de 1820³⁹, declarando de maneira explícita o interesse do governo em incentivar a entrada de indivíduos alemães e daqueles 'de outros países' que considerassem oportuno se estabelecerem em território brasileiro. Porém, o que o decreto não explicita era o porquê de tal posicionamento em relação aos alemães. Poderíamos estar diante de uma política imigratória voltada para o 'branqueamento da raça', o que, em diferentes ocasiões e discursos políticos, tornou-se patente.⁴⁰

Desse modo, o imigrante europeu seria o 'tipo racial' mais adequado para 'branquear' a raça brasileira e também o tipo de mão de obra indicada para solucionar o problema da lavoura.⁴¹

Com a entrada de imigrantes no Brasil, D. João VI pretendia atender as necessidades da elite agrária, em um primeiro momento; e, posteriormente, com a criação dos núcleos coloniais, a questão do povoamento. Contudo esse último ponto se mostrou ineficiente, não sendo observado um aumento substancial da população nas áreas de núcleo. A ineficácia da medida pode ser

³⁷ Até 1850 a imigração vinha sendo um fenômeno espontâneo. Já entre 1850 e 1870, ela passou a ser promovidas pelos fazendeiros. Aos poucos os imigrantes europeus substituíram os escravos no mercado de trabalho.

³⁸ Cf. PETRONE, Maria Thereza S. **O Imigrante e a Pequena Propriedade**. 1982. p.7

³⁹ No Anexo 1 temos a transcrição do Decreto de 16 de março de 1820, o qual possibilitou o acesso à propriedade da terra a estrangeiros.

⁴⁰ SIRIANI, Silvia Cristiana Lambert. **Uma São Paulo alemã: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1889)**. 2003. p.45.

⁴¹ Cf. SIRIANI, Silvia Cristiana Lambert. op. cit. p.46.

explicada pela localização dos mesmos, muitas vezes em regiões de fronteiras e de difícil acesso.⁴²

Inicialmente, optou-se por um sistema de parceria, com os colonos estabelecidos nas fazendas. Neste sistema, os colonos eram contratados diretamente da Europa e de lá eram trazidos às fazendas de café, tendo as despesas pagas pelos fazendeiros - esse pagamento era contabilizado como um adiantamento do fazendeiro ao imigrante, assim como era adiantado o necessário para o início da vida na fazenda.

A remuneração dos colonos dentro do sistema de parceria era feita a partir de uma parte dos ganhos com a venda do café e por um salário fixo anual. Os colonos se comprometiam a cuidar da colheita de determinado número de pés de café, não podendo abandonar a fazenda ou os pés de cafés. Eles tinham uma área onde podiam plantar e manter as suas criações. Fora da época da colheita de café, ganhavam por dia para fazer outros serviços na fazenda e o patrão cedia-lhes a casa para a família, enquanto estivessem trabalhando em sua propriedade.

Mas esse sistema apresentou queixas, seja por parte dos imigrantes, que reclamavam do sistema de contas, onde se deduzia seus lucros que obtinham sobre a produção de café; como pelos proprietários, que também reclamavam dos imigrantes, chamando-lhes de preguiçosos, por causa da pequena produtividade, que alguns apresentavam.

Outra contestação dos trabalhadores estrangeiros era quanto à difícil adaptação ao clima das regiões para onde eram designados, bem como o convívio com os fazendeiros brasileiros, que ainda relutavam em tratar os imigrantes de forma diferente dos antigos escravos:

O clima, a tendência do fazendeiro a minimizar os custos da mão-de-obra, o trabalho massacrante, são todos elementos que não podem ser aceitos pelo trabalhador europeu.⁴³

Visando acabar com as querelas dos colonos, colocou-se um ganho fixo para o mesmo: um preço fixo por alqueire cultivado, em geral, baseado num

⁴² Cf. Kátia Cristina Petri. **Terras e imigração em São Paulo: política fundiária e trabalho rural. Histórica** (São Paulo. Impreso), v. 02, p. 01-09, 2005. p.2.

⁴³ VANGELISTA, Chiara. **Os Braços da Lavoura**. Imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930).1991. p.46.

sistema de salários. Assim, a entrada desses imigrantes criou condições para o aparecimento de uma camada social intermediária entre os latifundiários e os escravos - camada que pode, ao mesmo tempo, ser mercado consumidor, oferecer braços para a lavoura e diversificar a produção de gêneros alimentícios.

Deste modo, as medidas adotadas por D. João VI refletiam o interesse da Coroa portuguesa em incentivar a imigração europeia para o Brasil. No período de 1822 a 1830, D. Pedro I deu continuidade à criação de núcleos coloniais. Em 1824, por meio da Constituição, o imperador designou para si a questão da colonização, quanto do povoamento e a exploração de novas regiões do Brasil por brancos não portugueses.⁴⁴

Apesar do discurso liberal de muitos políticos brasileiros, o clima de insegurança e desconfiança em relação à mão de obra assalariada era enorme, uma vez que grande parte dos lucros de muitos proprietários, especialmente no Rio de Janeiro e Bahia, eram fruto do tráfico negreiro, sem dúvida, uma das atividades econômicas mais rentáveis durante o Primeiro Reinado. Além disso, havia também a questão da terra. A ideia inicial de D. João VI era criar condições para que coexistissem grandes e pequenas propriedades, estas últimas seriam subsidiárias as primeiras, não concorrendo com elas no mercado de trabalho. Segundo Maria Thereza S. Petrone, a pequena propriedade seria uma forma segura de ocupação territorial que traria em seu bojo, além da valorização fundiária, as condições ideais para o surgimento de uma camada social intermediária, que atenuaria as tensões existentes no dualismo senhor x escravo, além de se configurar como uma camada que fosse, ao mesmo tempo, consumidora e fornecedora de braços no mercado de trabalho, diversificando a economia com gêneros para os quais a grande propriedade não se prestava⁴⁵.

Durante o período imperial (1822-1889), efetivou-se a supervisão do Estado às questões quanto à imigração e colonização, principalmente com a promulgação da Lei de Terras⁴⁶, a qual garantiu o controle do Estado Imperial

⁴⁴ Cf. IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e colonização**. 2003. p.4

⁴⁵ Cf. PETRONE, Maria Thereza S. **O Imigrante e a Pequena Propriedade**. 1982. p. 17.

⁴⁶ Lei de Terras: 18 de setembro de 1850.

brasileiro sobre a legalização e legitimação da terra, assim como à introdução de imigrantes.

A política imigratória que foi adotada por D. Pedro I teve uma grande resistência por parte dos latifundiários, que eram contrários ao financiamento da colonização⁴⁷. A resposta dos grandes proprietários foi a Lei de Orçamento, aprovada em 15 de dezembro de 1830, que suspendia os créditos para a colonização.⁴⁸

Para se ter uma ideia clara do posicionamento da época sobre a questão da criação de núcleos coloniais, temos o discurso proferido, em 1828, por Nicolau de Campos Vergueiro⁴⁹, contrário a criação de um núcleo colonial em São Paulo para o recebimento de imigrantes alemães. O futuro senador afirmou que

chamar colonos para fazê-los proprietários a custas de grandes despesas, é uma prodigalidade ostentosa, que não se compadece com o apuro de nossas finanças. O meu parecer, pois, é que se acabe o quanto antes com a enorme despesa que se está fazendo com eles, continuando-se o que parecer necessário para eles procurarem serviço (...).⁵⁰

Entre 1830 a 1840, o país viveu um período de crise, culminando com a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril 1831. Em 1834, com o Ato Adicional de 12 de agosto de 1823, criou-se a Regência Una, na tentativa de reformar a organização política e administrativa do Império, dando maior autonomia às províncias. Por meio dessa medida tentou-se dividir com as províncias a responsabilidade da colonização, mas ao mesmo tempo, limitar seu poder, uma vez que as terras livres eram propriedades do Império e as províncias não puderam promover a colonização, pois não tinham os meios ou a experiência.⁵¹

⁴⁷ A grande resistência dos latifundiários contra o financiamento da colonização foi motivada por vários fatores, entre eles: serem contrário a redução do incentivo financeiro do tráfico negreiro; querem garantir para si os escassos recursos do Estado; não quererem que os imigrantes tivessem a posse da terra.

⁴⁸ Com essa manobra o Parlamento conseguiu inviabilizar a colonização, tornando impossível qualquer tentativa nova de colonização, e deixando em situação de 'perigo' as colônias já existentes no período. Cf. IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e colonização**. 2003. p.3.

⁴⁹ Nicolau de Campos Vergueiro, conhecido por seu pioneirismo na introdução do sistema de parceria em suas fazendas durante o Segundo Reinado. Cf. IOTTI, Luiza Horn. op. cit. p.3.

⁵⁰ PETRONE, Maria Thereza S. **O Imigrante e a Pequena Propriedade**. 1982. p..22.

⁵¹ Cf. IOTTI, Luiza Horn. op. cit. p.6.

Só a partir dos anos de 1840 foi que o governo imperial retomou sua política de colonização,

com a adoção do parlamentarismo (1841), a competência sobre a questão de terras e de colonização passa para o Parlamento. O orçamento, a questão de terras e das colônias são revistas pelo legislativo.⁵²

A partir desse período, o número de colônias particulares aumentou consideravelmente, por meio da criação de companhias de colonização.⁵³

Com as colônias de parcerias tivemos o início da imigração promovida por particulares, visando o trabalho livre estrangeiro como substituto ao trabalho escravo negro da lavoura de café. A iniciativa por parte dos fazendeiros de introduzir um trabalho livre assalariado nas lavouras paulistas nunca correspondeu às expectativas dos imigrantes e com a constante insatisfação, era de se esperar que não imigrassem um número significativo, em especial os alemães.

Com a Proclamação da República, encerra-se o período da empresa colonizadora dirigida pelo Estado. De forma paulatina, o poder público transferiu para os estados e, sobretudo, para o setor privado a organização e os lucros do empreendimento colonial.⁵⁴

Os núcleos de terras foram loteados e vendidos aos imigrantes, que assim conseguiram realizar o sonho de se tornarem donos de um pedaço de terra. Esses núcleos foram dedicados à produção de gêneros alimentícios – milho, feijão, arroz-, que serviram para o abastecimento das fazendas e da população do estado, que continuava crescendo. Além do que, aqueles núcleos situavam-se nas proximidades das zonas cafeeiras do “Velho Oeste”, servindo como ponto de reserva de mão de obra na época da colheita do café.⁵⁵

O que temos até 1840 foi uma política imigratória no Brasil voltada para a criação de núcleos coloniais baseados na pequena propriedade. “O imigrante

⁵² IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e colonização**, 2003. p.6.

⁵³ Cf. IOTTI, Luiza Horn. op. cit. p.6 -7.

⁵⁴ IOTTI, Luiza Horn., op. cit. p.12.

⁵⁵ Cf. FREITAS, Sônia Maria de. **E chegaram os imigrantes... (o café e a imigração em São Paulo)**. 1999. p. 55 – 56.

deveria produzir nessas pequenas propriedades mercadorias – alimentos para o mercado interno em constante expansão.”⁵⁶

Entre 1847 e 1855, foram fundadas 21 colônias rurais contendo alemães nas fazendas paulistas.⁵⁷ Isso se deveu, às restrições ao tráfico de escravos, culminando com sua total proibição em 1850, através da Lei Eusébio de Queirós. A dificuldade em adquirir novos escravos fez com que os fazendeiros procurassem outras alternativas para a mão de obra, passando a contratar cada vez mais estrangeiros, sobretudo alemães, suíços e portugueses. Vale lembrar, mais uma vez, que um dos pioneiros desse sistema de parceria foi o então senador pela província, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (1778 – 1859), que contratou, na década de 1840, famílias estrangeiras para trabalhar em suas fazendas em Limeira e Rio Claro, entre elas, muitas famílias alemãs.

No período de 1846 a 1849, o Senador Vergueiro⁵⁸ introduziu o sistema colonial de parceria, contratando 506 imigrantes alemães para trabalhar na lavoura de café da Fazenda Ibicaba, em Limeira (São Paulo). Além dos alemães, também tínhamos imigrantes portugueses e suíços, entre outras nacionalidades.

Tais colonos foram contratados no sistema de parceria.

Esse sistema consistia na divisão do lucro líquido da venda do café, isto é, o fazendeiro, após subtrair todas as despesas, dividia o lucro com eles. Mas os colonos tinham dívidas com o fazendeiro, tais como as despesas de viagem e as compras que faziam no armazém da própria fazenda. Sobre as dívidas eram cobrados juros e, na hora de acertá-las, sobrava ao (...) imigrante pouco ou nenhum dinheiro.⁵⁹

Após uma revolta iniciada pelo suíço Thomaz Davatz, em 1856, que reivindicava melhores condições de trabalho, a situação dos colonos da fazenda de Ibicaba foi denunciada na Europa, e a partir daí alguns países

⁵⁶ IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e colonização**, 2003. p.9.

⁵⁷ BASSANEZI, Maria Silva C. Beozzo. **São Paulo do Passado: dados demográficos - 1854 (II)**. Núcleo de Estudos de População, Universidade Estadual de Campinas, 1998. p. 396 a 406.

⁵⁸ O mesmo Senador Nicolau de Campos Vergueiro que em 1828 havia se posicionado contrário a criação de núcleos coloniais em São Paulo, para o recebimento de imigrantes alemães, é o responsável por introduzir o sistema de parceria em 1846. Contudo, em nenhum momento Vergueiro defendeu a doação de terras aos imigrantes, o que ele apoiava era o envio dos imigrantes como mão de obra livre para as fazendas onde já era utilizado esse tipo de trabalho. Para ele, o sistema de parceria era o ideal, uma vez que garantia aos estrangeiros condições para que algum dia, pudessem se tornar proprietário ou arrendatários, mas conquistando isso pelo seu trabalho, sem a doação de terra pelo Estado.

⁵⁹ FREITAS, Sônia Maria de. **E chegaram os imigrantes... (o café e a imigração em São Paulo)**. 1999. p.28.

proibiram a vinda de imigrantes para o Brasil, como por exemplo, a Prússia, que proibiu a imigração para a província de São Paulo. Com isso se agravou o problema da falta de mão de obra nas fazendas.

Mesmo com a repercussão negativa dos fatos na Europa, no ano de 1862, a Fazenda Ibicaba novamente recebeu mais imigrantes alemães. Compunham-se de 104 famílias que eram em sua maioria da Renânia, Palatinado e da Vestphalia. Além de Vergueiro, outros fazendeiros começaram a contratar colonos para trabalhar nas lavouras, principalmente de café, substituindo o trabalho escravo.

A solução encontrada pelos cafeicultores do “Velho Oeste” paulista foi a adoção do trabalho livre, conseguindo atrair um grande número de imigrantes para o estado de São Paulo.

O Brasil tornou-se o maior produtor mundial de café graças ao Oeste Paulista. O estado de São Paulo oferecia condições ideais para o sucesso da cafeicultura: terra roxa, clima temperado e terreno pouco acidentado. Os fazendeiros tinham dinheiro acumulado com os negócios do açúcar e do algodão, por isso puderam investir na construção de estradas de ferro, importar e fabricar máquina de beneficiamento e promover a vinda dos imigrantes substituindo os escravos na lavoura.⁶⁰

No ano de 1852, houve a imigração de 36 famílias originárias do Holstein, totalizando 170 pessoas. Destas, 27 famílias foram trabalhar na Fazenda São Jerônimo de propriedade de Francisco Antônio de Souza Queiroz (1806 – 1891), no município de Limeira. O restante, ou seja, 09 famílias se dirigiram a Fazenda Sete Quedas, de propriedade de Joaquim Bonifácio do Amaral (1815 – 1884), situada no município de Campinas.

Além de Limeira e Rio Claro, outras cidades que estabeleceram pequenas colônias alemãs em suas fazendas, neste período, foram Campinas, Bragança Paulista, Jundiaí, Paraibuna, São Sebastião e Piracicaba.

Após 1850, mudanças fundamentais foram feitas para atrair o maior número de imigrantes. As despesas com demarcação de lotes e assentamentos de colonos foram transferidas do governo imperial para as províncias. Visando diminuir suas despesas, o Estado permitiu a atuação de companhias particulares de colonização, que compravam as terras e as

⁶⁰ FREITAS, Sônia Maria de. **E chegaram os imigrantes... (o café e a imigração em São Paulo)**.1999. p.29.

revendiam aos imigrantes. Em 1850, a Lei de Terras estabeleceu que os colonos apenas poderiam ter a posse da terra por meio da compra e não da simples posse, como ocorria anteriormente. As denúncias contra o sistema de parceria, em São Paulo, materializaram-se com a revolta dos colonos⁶¹ da fazenda Ibicaba, em 1856, contra as péssimas condições de trabalho nas fazendas cafeeiras.

Em 1859, o governo prussiano emitiu uma proibição, que ficou conhecida como Rescrito Heidt. Este decreto dificultava a emigração para o Brasil, principalmente para a província de São Paulo, diminuindo o número de entradas de imigrantes, mas não cessando-as por completo. As companhias fomentadoras da imigração tiveram que se adaptar rapidamente às normas impostas pelas autoridades alemãs, garantindo assim a sua existência. Mais tarde, essa restrição seria revogada apenas para os três estados sulinos, o que acabou contribuindo que os imigrantes alemães se concentrassem, em sua maioria, no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Durante a década de 1860 as fazendas de café abandonaram o sistema de parceria e, a partir da década de 1880 iniciou-se o sistema de imigração subvencionada ou subsidiada⁶². Em 1886 os fazendeiros paulistas organizam a Sociedade Promotora de Imigração, que nada mais era do que um órgão estatal para regular todo o processo de imigração. Era a Promotora que firmava contratos para o transporte marítimo dos imigrantes e designava agentes em outros países que divulgavam as condições favoráveis para migrar ao Brasil e assim atrair os imigrantes⁶³. Também ficou a cargo da Promotora administrar a Hospedaria dos Imigrantes, construída no mesmo ano em São Paulo, e que se tornou um verdadeiro mercado de trabalho onde se firmavam contratos entre imigrantes e fazendeiros.

Na imigração subvencionada, diferente do que ocorria no sistema de parceria, o governo brasileiro assumia a responsabilidade de arcar com as despesas de viagem dos trabalhadores imigrantes e de suas famílias e os

⁶¹ DAVATZ, Thomas. **Memórias de um Colono no Brasil**. 1980. p. 47-48.

⁶² A imigração subvencionada substituiu o sistema de parcerias. Nela, o Estado pagava os custos da viagem do imigrante europeu e regulamentava as relações entre os fazendeiros e os colonos.

⁶³ Cf. PETRI, Kátia Cristina. **Braços para a lavoura: a subvenção paulista para imigração (1886-1896)**. Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade. n. 3-4, maio 2012. ISSN 2176-4174. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/9549>>. Acesso em: 02 fev 2017. p.2-3

fazendeiros arcavam com os gastos do colono durante o seu primeiro ano de vida no país. Além disso, os colonos receberam um salário fixo anual e mais um salário de acordo com o volume da colheita, fixado por alqueire de café produzido.

Entretanto, mesmo após a imigração subvencionada, as condições de moradia, saúde e educação dos trabalhadores imigrantes continuaram muito ruins e o sonho de ter acesso à terra concretizou-se para bem poucos. Muitos deles, após certo tempo trabalhando nas lavouras de café, tomaram o rumo das cidades a procura de trabalho nas fábricas ou em outras atividades urbanas. Em 1902, o governo da Itália proibiu a imigração subvencionada para o Brasil e os fazendeiros passaram a se interessar pela imigração de trabalhadores portugueses e espanhóis. Em 1910, o governo espanhol também proibiu a emigração subsidiada. A partir de 1908 chegaram ao Brasil imigrantes japoneses, os quais passaram a integrar a força de trabalho nas lavouras de café e em outras atividades agrícolas do país.

A presença de alemães no Brasil remonta ao período colonial, ainda que numericamente pouco significativa, mas representando uma imigração de qualidade, já que aqui permaneceram, de forma definitiva ou não, estudiosos, artistas, engenheiros, artífices e militares, dos quais podemos citar Hans Staden (1525 – 1579), Maurício de Nassau-Siegen (1604 – 1679), Francisco Adolpho de Varnhagen (1816 – 1878), João Henrique Böhm (1708 – 1783), entre outros⁶⁴.

Ao estudarmos a imigração alemã para o Brasil nos séculos XIX e XX, percebemos que ela se dirigiu para várias regiões do país, e ocorreu em três grandes fases: Primeira Fase (1818-1845); Segunda Fase (1850-1914); Terceira Fase (1914-1960).

Dentre os principais motivos que causaram a saída dos alemães estiveram a questão da industrialização, os frequentes problemas sociais que ocorriam na Europa e a abundância de terras no Brasil. Em 2000, estimou-se

⁶⁴ Carlos Oberacker Jr. **A contribuição teuta à formação da nação brasileira**, 1968.

que na época 5 milhões de brasileiros tinham ao menos um antepassado alemão.⁶⁵

TABELA 1
Imigração alemã no Brasil período de 1824-1847 a 1960-1969

Períodos	Imigrantes
1824-1847	8.176
1848-1872	19.523
1872-1879	14.825
1880-1889	18.901
1890-1899	17.084
1900-1909	13.848
1910-1919	25.902
1920-1929	75.801
1930-1939	27.497
1940-1949	6.807
1950-1959	16.643
1960-1969	5.656

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): *Brasil 500 anos de povoamento*, p. 145⁶⁶

A historiografia analisou a questão da imigração a partir de duas perspectivas: fatores que contribuíram para a expulsão de uma “massa” de pessoas da Europa, por um lado, e nos fatores de atração desta massa para o Brasil, relacionando-o com a eminente abolição da escravidão. Mas, é importante lembrarmos que este processo de emigração em massa, ocorrido na Europa entre 1850-1920, também deve ser analisado levando-se em consideração o processo de industrialização, pelo qual passou a Alemanha após sua unificação, já que, três fatores históricos resultaram na expulsão de alemães para diversas regiões do mundo, inclusive para o Brasil. São eles: Revolução Industrial (1760), a Revolução Francesa (1789) e a Unificação do país (1871).

⁶⁵ Informações retiradas de: **Brasil alemão comemora 180 anos**. Disponível em: <http://www.dw.com/popups/popup_printcontent/0,,1274817,00html> Acessado em 25 ago 2016.

⁶⁶ **Brasil: 500 anos de povoamento** / IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. - Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

Até 1871 não existia um Estado Alemão, e a região era composta por principados, condados, reinados e ducados. Para as potências europeias, uma Alemanha unificada era uma ameaça, e mantê-la fragmentada fazia parte da geopolítica da época. Sobre as guerras napoleônicas, as mesmas deixaram um rastro de destruição no interior da Alemanha, e após a queda de Napoleão Bonaparte (1769 – 1821), muitos alemães que o serviram passaram a ser perseguidos. O que incentivava sua saída do país. E por fim, o capitalismo industrial que avançava sobre algumas regiões alemãs desestruturava o mercado de trabalho e aumentava a pobreza sobre os camponeses. Em decorrência disso, muitos alemães viam na emigração uma saída para as suas mazelas.⁶⁷ O início do século XIX passou por novos desenvolvimentos econômicos⁶⁸, que influenciaram diretamente na questão da imigração, como por exemplo, a industrialização: um grande impulso e necessitando de mão de obra especializada, causou a ruína de muitos artesãos e trabalhadores da indústria doméstica. Esses trabalhadores livres começaram a formar um exército de mão de obra barata para a indústria, que estava nascendo, e em muitos casos, acabaram deixando seu país de origem em busca de novas oportunidades de trabalho.

Assim, quando pensamos na questão da emigração de alemães, bem como em toda a emigração europeia, temos que associá-las às grandes transformações política, econômica, social e cultural da Europa do século XIX. Mais especificamente no caso alemão, a consolidação do Estado nacional teve grande importância.

A emigração também não acontecia somente por insatisfação social com as novas perspectivas do século XIX. Devido às mudanças econômicas que agitavam o continente europeu, a indústria desenvolveu as cidades e causou o despovoamento dos campos. À medida que a riqueza aumentava, a saúde e o acesso a novos gêneros alimentícios melhoravam e a população aumentava. Então a princípio, os governos europeus incentivavam e encorajavam a emigração, como válvula de controle do aumento da população. Com a introdução da máquina a vapor e inovações como o transatlântico com

⁶⁷ Cf. Felipe Kuhn Braun. **História da imigração alemã no sul do Brasil**. Disponível em: <<http://imigracaoalema.com/home>> Acessado em 20 set 2016.

⁶⁸ Podemos citar o desenvolvimento do transporte ferroviário e da navegação a vapor.

propulsão a hélice, milhões de pessoas se movimentavam entre os continentes, em uma emigração que não obedecia a nenhum planejamento, dependendo somente de decisões pessoais, entre elas a insatisfação, o medo ou o desejo de uma vida melhor.

O governo alemão também encorajava grupos de empreendedores a conhecer novas terras para conseguir mercado para os produtos alemães. Para algumas colônias, chegou-se a fazer o planejamento e a contratação de administradores e profissionais liberais, que vinham para o Brasil e formavam sua vida aqui. Embora desejadas, as relações comerciais entre as colônias alemãs e sua terra de origem foram modestas, muitas vezes restando somente aos colonos a identificação cultural com a terra de origem, já que não tinham mais contato com ela.

Do lado brasileiro, a escolha em atrair elementos germânicos visando o “branqueamento” da população, foi resultado da presença de indivíduos influentes de origem alemã no governo imperial brasileiro, tendo papel decisivo na política imigratória traçada. A própria imperatriz do Brasil, Dona Leopoldina (1797 – 1826), era austríaca.⁶⁹ Além disso, a abolição do tráfico negreiro, em 1850, e a crescente necessidade de mão de obra para a lavoura foram decisivas para a ampliação das políticas imigrantistas de colonização. Dessa combinação de fatores, criaram condições favoráveis à imigração de alemães.

O último quartel do século XIX foi conhecido como “A Grande Imigração” (1880-1930), período que o estado de São Paulo recebeu grandes levas de imigrantes das mais diversas nacionalidades. Apesar da grande diversidade, 80% dos imigrantes estabelecidos em São Paulo, entre 1827 e 1939, vieram de apenas cinco países: Itália, Portugal, Espanha, Alemanha e Japão.⁷⁰ Sem se esquecer da presença austríaca, síria, libanesa, russa, que também foram numericamente importantes.

Para tal fato podemos destacar alguns fatos que auxiliaram na atração de tanto imigrantes para São Paulo:

⁶⁹ CORRÊA, Lucelinda Schramm. **As políticas públicas de imigração europeia não-portuguesa para o Brasil – de Pombal à República**. 2005.

⁷⁰ FREITAS, Sônia Maria de. **E chegaram os imigrantes... (o café e a imigração em São Paulo)**. 1999, p.39.

- I. O incentivo que passa a ser dado pelo governo imperial após 1870, visando garantir a produção e a exportação do café, principal fonte de renda; fundação da Associação Auxiliadora de Colonização em 1871; Lei Imperial de 1885, que estabelecia o serviço propagandístico na Europa e subsídios às passagens.
- II. Os fazendeiros do “Novo Oeste”, passam a organizar a imigração, tentando solucionar o problema da falta de mão de obra, e interessado em implementar o trabalho remunerado.
- III. Criação da Sociedade Promotora da Imigração (SPI), em 1886, iniciativa de Queiroz Telles (Conde de Parnaíba), que no período era o presidente da província de São Paulo. A Sociedade Promotora da Imigração tinha como objetivo contratar e subvencionar a vinda de imigrantes, como o apoio financeiro do governo da província.⁷¹

A partir de 1886 a imigração ganhou importância no estado de São Paulo, chegando a registrar, no ano seguinte, a entrada de mais de dez mil estrangeiros.⁷² O primeiro período forte de imigração correspondeu aos anos entre 1887 e 1900, sendo o ano recorde o de 1895, com 139.998 entradas.⁷³

Em 1905 foi criada a Agência Oficial de Colonização e Trabalho, órgão controlado pelo Estado, cuja função era fazer cumprir os contratos entre imigrantes e fazendeiros.

A origem desses imigrantes era diversificada, predominando até 1925 os italianos, seguidos de espanhóis, portugueses e, em menor quantidade, de eslavos, sírios, japoneses e outras nacionalidades. Após essa data, a migração de brasileiros vindos, principalmente, da região nordeste para o estado de São Paulo ganhou força, enquanto que a imigração estrangeira diminuiu e se diversificou ainda mais, desembarcando no porto de Santos, imigrantes das mais diversas nacionalidades e origens.⁷⁴

A política do governo central e provincial que visava atrair os imigrantes tinha como pontos atrativos o fato de oferecer “(...) a passagem gratuita de navio e de trem, bem como a construção de hospedarias que tinham por finalidade receber e alojar os imigrantes nos seus primeiros dias no país.”⁷⁵

Os alemães, que imigraram para o Brasil, eram normalmente camponeses insatisfeitos com a perda de suas terras, ex-artesãos, trabalhadores livres, empreendedores desejando exercer livremente suas atividades, perseguidos políticos, pessoas que perderam tudo e estavam em dificuldades, pessoas que

⁷¹ Cf. FREITAS, Sônia Maria de. **O Imigrante e a Pequena Propriedade**. 1982, p. 35 et seq.

⁷² Cf. MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. 1984. p. 147.

⁷³ Cf. MONBEIG, P. op. cit. p. 147.

⁷⁴ Cf. MONBEIG, P. op. cit. p.153.

⁷⁵ FREITAS, Sônia Maria de. op. cit. p.39.

eram "contratadas" através de incentivos para administrarem as colônias ou pessoas que eram contratadas pelo governo brasileiro para trabalhos de níveis intelectuais ou participações em combates.

Os imigrantes alemães encontraram em São Paulo⁷⁶ um clima propício e uma grande procura por sua experiência de artesanato e de pequenos fornecedores de ofícios urbanos. Inseriram-se então na sociedade paulistana através da diversificação de ofícios e serviços, tais como: oficinas, hotéis, farmácias, manufaturas de cerveja, de chapéus, de louças, de carroças e de velas de cera. A Hospedaria dos Imigrantes foi de fundamental importância para que São Paulo adquirisse as características que são sua "cara" atual, além de ter sido uma das alavancas da industrialização do estado e do país. Dentro dessa experiência de transformação das cidades, os alemães tiveram um papel importante na "(...)transformação do burgo de estudantes em uma cidade cosmopolita, de modo autônomo e independente do poder dos fazendeiros e capitalistas do café."⁷⁷

Desde a chegada das primeiras famílias a Santo Amaro e Itapeceira, dezenas de colônias alemãs foram formadas no território paulista. É importante notar que o tipo de contrato variou muito ao longo do tempo e do local, existindo desde as famosas colônias de parceria (geralmente nas fazendas de café), onde os colonos, em geral, trabalhavam para os fazendeiros recebendo salário e, às vezes, um pedaço de terra para cultivar seu próprio plantio, até os núcleos coloniais de caráter oficial, instalados pelo governo, onde os imigrantes compravam seus próprios lotes – forma muito parecida com a colonização ocorrida no Sul do país.

Apesar das especificidades mencionadas, de maneira geral, a forma de contrato adotada nas fazendas de café foi a seguinte: os imigrantes recebiam uma quantia fixa por mil pés de cafés cuidados e, outra variável, pelo alqueire de café colhido. O fazendeiro, normalmente, se responsabilizava pelo gasto do trabalhador durante seu primeiro ano na fazenda e cedia uma área para o cultivo de produtos de subsistência pelo mesmo. Quando a fazenda era uma

⁷⁶ Mas não podemos pensar que o fenômeno da imigração foi exclusividade do estado de São Paulo; outros estados também receberam fluxos de imigrantes, como foi o caso dos estados do Sul (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul), onde podemos destacar a presença de imigrantes alemães, italianos, ucranianos, poloneses.

⁷⁷ Cf. SIRIANI, Silvia Cristiana Lambert. **Uma São Paulo alemã: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1889)**. 2003. p.12-14.

área de expansão, podia permitir ao imigrante o uso das terras entre os cafeeiros. Também era permitido a criação de alguns animais: galinhas e porcos, por exemplo.

Com a Unificação da Alemanha, em 1871, a postura do governo brasileiro em relação aos alemães se alterou. Antes da unificação, a origem nacional dos imigrantes não representava uma ameaça. Porém, o advento de uma Alemanha unificada, poderosa e ambiciosa deixou o governo brasileiro cauteloso. Em decorrência, o Rio Grande do Sul parou de subsidiar a imigração alemã e se voltou com maior intensidade para os imigrantes italianos.⁷⁸

Até o advento da I Guerra Mundial, a maioria dos imigrantes alemães rumaram para as centenas de colônias estabelecidas, sobretudo no Sul. Contudo, com a eclosão da guerra, poucos alemães continuaram a ir para os assentamentos agrícolas. Porém, isso não significou o declínio da expansão alemã no Brasil meridional. Havia grande mobilidade interna das colônias para o planalto gaúcho, catarinense e paranaense, o que levou muitos filhos e netos de alemães para as áreas abertas pelas companhias de colonização.⁷⁹

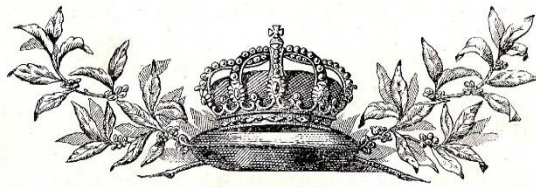
Com o fim da I Guerra Mundial (1914-1918), a situação socioeconômica na Alemanha estava deplorável. A República de Weimar foi um período de péssimos indicadores sociais: a miséria se espalhou, a inflação atingiu níveis inimagináveis e milhões de alemães estavam desempregados.⁸⁰ Foi justamente na década de 1920 que o maior número de alemães imigrou para o Brasil. Desembarcaram 70 mil alemães no país nessa década. A maior parte desses imigrantes não iam mais para as colônias rurais, mas sim para os centros urbanos. Eram operários, artífices e trabalhadores urbanos, professores e refugiados políticos. A cidade de São Paulo recebeu a maior parte dessa nova onda de emigração alemã. Estima-se que, em 1918, viviam na cidade cerca de 20 mil alemães.

⁷⁸ Cf. TOCK, David. **German Immigration and Adaptation to Latin America**. 1994 p. 7–8. Disponível em: <<http://digitalcommons.liberty.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1110&context=honors>> Acessado: 20 out 2016.

⁷⁹ Esse processo ficou mais intenso nas décadas de 1920 e 1930, quando indivíduos oriundos das colônias "velhas" do Rio Grande do Sul se expandiram para o oeste de Santa Catarina e do Paraná, como resultado do esgotamento do modelo da pequena propriedade nas áreas iniciais de ocupação.

⁸⁰ A República de Weimar. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/a-rep%C3%BAblica-de-weimar/a-890198>> Acessado: 20 out 2016.

1.2 . FRANCISCO SCHMIDT: ORIGENS E CONSOLIDAÇÃO COMO PRODUTOR DE CAFÉ



O " REI DO CAFÉ "



Coronel Francisco Schmidt

LE " ROI DU CAFÉ "

Ribeirão-Preto.

São-Paulo (Brésil).

Imagem 1. Coronel Francisco Schmidt.⁸¹

⁸¹ Fonte: **Brazil Magazine**. 1911. p.53. Estampado às fls 53 da **Revista Brazil Magazine**. BOTELHO, Martinho. **Brazil Magazine: Ribeirão Preto Le Pays Du Café**. Paris: Cussac & Chaponet, 1911. v. 5, n. 57, 143 p. Fotografado por Tania Registro em negativo 35 mm.

O Brasil do século XIX despontou no cenário internacional como um grande produtor de café, tornando-se este o principal produto de exploração do país.

Foi nesse cenário em ebulição que a família de Francisco Schmidt⁸² (1850-1924), chegou ao Brasil para trabalhar na Colônia São Lourenço na Fazenda Felicíssima, de propriedade do Comendador Luiz Antônio de Souza Barros (1809-1887)⁸³, em São Carlos do Pinhal (atual São Carlos). Foi nesta fazenda que Francisco Schmidt, aos 8 anos de idade, entrou em contato pela primeira vez com o café, ajudando seus pais no cultivo de cafezais.⁸⁴

Por vinte anos, Francisco Schmidt permaneceu como colono, até que, em 1878, comprou um armazém de secos e molhados na cidade de Belém do Descalvado (atual Descalvado), onde trabalhou na fazenda de Rafael Tobias Aguiar (1794 – 1857). Também foi nessa mesma época que trabalhou na área de corretagem de café, para uma firma alemã, *Theodor Wille & Cia.*⁸⁵

Em 1873 casou-se com Albertina Kolh (1856 – 1917), filha de imigrantes alemães, nascida na cidade de Cubatão –SP. Desta união tiveram 8 filhos: Gertrudes Schmidt Whitaker; Anna Schmidt Ferreira Ramos; Guilherme Schmidt; Ernesto Schmidt; Arthur Schmidt; Jacob Schmidt; Magdalena Schmidt Villares; Albina Schmidt Whately.⁸⁶

Durante dez anos, Schmidt trabalhou com a corretagem de café e o armazém, adquirindo com esses negócios uma boa experiência no ramo. Vendeu a casa comercial e aplicou o capital na compra de uma fazenda em Santa Rita do Passa Quatro, em 1889, chamada Bela Paisagem. Já em 1890, vendeu sua propriedade e associou-se à Arthur Aguiar Diederichsen (1860 –

⁸² Franz Schmidt nasceu na Alemanha em 03 de outubro de 1850. Desembarca no Brasil em 1858 com seus pais, Jakob e Gertrud Schmidt. Disponível em: <<https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/turismo/parque/i99schmidt.php>> Acessado em 17 jan 2017.

⁸³ O Comendador Luiz Antônio de Souza Barros fundou duas colônias livres, Paraíso e São Lourenço, onde toda população era composta por imigrantes europeus, vindo da Alemanha Sul,

⁸⁴ Cf. MORAES, Maria Luiza de Paiva. **Companhia Agrícola Francisco Schmidt: origem, formação e desintegração (1890-1924)**.1980. p. 60-62.

⁸⁵ Cf. CIONE, Rubem. **História de Ribeirão Preto**. 1987. p.142-43.

⁸⁶ Filhos de Francisco Schmidt: 1) Gertrudes Schmidt Whitaker casou-se com Coronel Frederico Ernestode Aguiar Whitaker Junior; 2) Anna Schmidt Ferreira Ramos casou-se com p Dr. Francisco Ferreira Ramos; 3) Guilherme Schmidt (1893-1970); 4) Ernesto Schmidt; 5) Arthur Schmidt; 6) Jacob Schmidt; 7) Magdalena Schmidt Villares (1893 – 1961) casou-se com o Dr. Henrique Dumont Villares (1892 – 1960); 8) Albina Schmidt Whately casou-se com Alberto Whately.

1946), fazendeiro e principal representante da *Theodor Wille* na região de Ribeirão Preto.⁸⁷ A partir dessa associação temos a compra da fazenda Monte Alegre, essa em Ribeirão Preto, mas passado somente quinze dias da compra, Diederischen desistiu do negócio e Schmidt acabou ficando com toda a fazenda. Só foi possível essa aquisição devido o financiamento obtido junto à firma *Theodor Wille*.⁸⁸

O financiamento da *Theodor Wille & Cia.* e a sociedade com Arthur Diederichsen tornou-se um negócio próspero, acarretando a compra de outras inúmeras propriedades ao redor da Monte Alegre e ao longo da Cia. Mogiana, chegando a possuir mais de 60 fazendas, com mais de 10 milhões de pés de café. A partir da compra da fazenda Monte Alegre temos o início da expansão de negócios entre o fazendeiro Francisco Schmidt e o financiamento da firma *Theodor Wille*.

Desde sua associação com Arthur, entrou na política participando do PRP (Partido Republicano Paulista), recebendo em 1901, no começo do século XX, de Campos Sales (1841 – 1913), então Presidente da República e amigo pessoal, o título de Coronel-comandante da 72ª Brigada de Infantaria da Guarda Nacional⁸⁹, tornando-se “Coronel Schmidt, o Rei do Café”.

Estavam solidamente lançadas as bases da sua realeza, que se coroa com quatorze fazendas, oito milhões de árvores cafeeiras e quase um milhão de arrobas, como medida de produção anual.⁹⁰

O Coronel não atuava somente com o café. Ele havia diversificado seus produtos, tinha rebanho de gado em várias de suas propriedades, além de também cultivar cana-de-açúcar, o que lhe rendeu 3 engenhos de açúcar.

⁸⁷ Arthur Aguiar Diederichsen (1860 – 1946), já possuía as terras da fazenda Santa Adelaide, propriedade esta que outrora pertenceu a João Franco de Moraes Otávio, cafeicultor antigo, coronel da Guarda Nacional, que se estabeleceu em várias regiões paulistas, chegando a Ribeirão Preto em 1869. João Franco passava por dificuldades de saúde e endividado, queimou praticamente todas as suas propriedades, incluindo a que viria a ser a joia da coroa de Schmidt, a fazenda Monte Alegre, comprada em 1890 por 600 contos. Cf. GUIDINI, Leandro. **Coronel Schmidt, O Rei do Café**. Disponível em: <<http://www.saopauloantiga.com.br/coronel-schmidt/>> Acessado em 18 jan 2017.

⁸⁸ Cf. MORAES, Maria Luiza de Paiva. **Companhia Agrícola Francisco Schmidt: origem, formação e desintegração (1890-1924)**.1980. p. 60-66.

⁸⁹ Segundo dados encontrados no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Disponível em: Disponível em: <<https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/turismo/parque/i99schmidt.php>> Acessado em 17 jan 2017.

⁹⁰ **Revista Brazil Magazine**. 1911. p.58.

Podemos citar também alguns imóveis, que uma vez ou outra utilizava como negócios, vendendo ou alugando.⁹¹

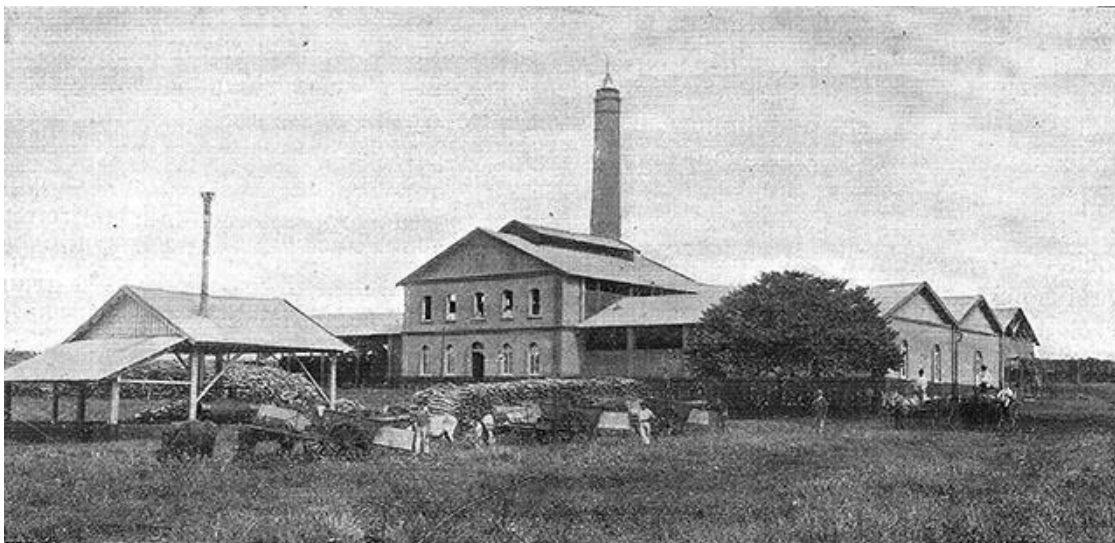


Imagem 2. Engenho Central, em Sertãozinho, propriedade de Francisco Schmidt.⁹²

Foi pelo momento propício criado com a expansão cafeeira rumo ao Oeste Paulista que Schmidt pode investir em propriedades, e a partir de suas vendas conseguir bons lucros, que foram reinvestidos em mais propriedades, uma prática que a expansão das propriedades de café auxiliaram.

Francisco Schmidt, em 1906, obteve uma produção de 300 mil sacas de café. Em 1912 chegou a possuir o maior cafezal do Brasil com 7.885.154 pés, contando com milhares de trabalhadores dentro de suas dezenas de propriedades administradas a partir da Fazenda Monte Alegre.⁹³

Seu filho mais velho, Jacob Schmidt aos poucos assumiu junto ao pai a administração do seu império. Porém, em meados década de 1910, o falecimento da mãe de Francisco Schmidt o deixou ligeiramente afastado dos negócios. Soma-se a isto, o falecimento de Albertina, sua esposa, o que acabou afastando o Coronel Schmidt completamente da administração de suas fazendas para cuidar dos assuntos do inventário de sua esposa.

⁹¹ Foi dono de um casarão na Avenida Paulista, local que passou seus últimos anos. Schmidt morreu em 18 de maio de 1924, em São Paulo.

⁹² Estampado às fls 57 da **Revista Brazil Magazine**. BOTELHO, Martinho. **Brazil Magazine**: Ribeirão Preto Le Pays Du Café. Paris: Cussac & Chaponet, 1911. v. 5, n. 57, 143 p. Fotografado por Tania Registro em negativo 35 mm.

⁹³ **Filhos do Café**. Curadoria Histórica do Museu do Café - Ribeirão Preto, Fundação Instituto do Livro, 2010. p. 38.

A Companhia Agrícola Francisco Schmidt foi criada neste período, 1918. O Coronel Schmidt era o maior acionista, com 50% do total, e deixando os outros 50% para seus filhos. Por conta do inventário de sua mulher e da administração da companhia, acabou deixando para Jacob, definitivamente, a administração das fazendas.

Temos que ressaltar neste ponto que o coronel era rico, mas possuía uma dívida muito grande com a empresa *Theodor Wille*. Com a morte de Schmidt, Jacob entrou em acordo com a *Theodor Wille* para saldar as dívidas, entregando metade das propriedades para este fim. Já não havia mais vínculo nenhum, e a Companhia Agrícola foi dissolvida em 1925.⁹⁴

Porém, deve-se ter em mente que nem todos imigrantes prosperaram economicamente ou acumularam patrimônio. No caso de Francisco Schmidt, essa prosperidade deveu-se aos investimentos frutíferos feitos pelo cafeicultor, além do apoio da firma alemã *Theodor Wille & Cia.* – que dispunham de posição privilegiada no mercado cafeeiro brasileiro nas primeiras décadas do século XX, a qual disponibilizou ao fazendeiro montantes de capitais em momentos que o mercado enfrentava superprodução.

Só uma minoria dos imigrantes conseguiam ascender socialmente, já que as condições de trabalho não eram satisfatórias, muitas vezes os colonos acabavam ficando à mercê dos patrões, restando recorrer aos seus consulados para denunciar os maus tratos.

Embora Schmidt tenha sido um imigrante que ascendeu socialmente, faz-se necessário uma pequena ressalva quanto às condições de trabalho dos imigrantes que trabalhavam em suas fazendas. Nos anos de 1912 e 1913, ocorreram, em Ribeirão Preto, duas greves, que tiveram participação de imigrantes que trabalhavam na Fazenda Monte Alegre, propriedade de Francisco Schmidt. A primeira, obteve sucesso e os colonos conseguiram modesta melhoria nos salários de trato do café e de colheita. Já a segunda, em

⁹⁴ Como dito, Schmidt era um empresário, que usava também do café para seus lucros. Seu filho, entretanto, pegou gosto pela atividade. Na partilha dos bens junto de seus outros sete irmãos, Jacob se manteve proprietário da Monte Alegre e continuou no ramo do café. Jacob morreu no início dos anos 1950, desgostoso após a crise de 1929, que afetará o café, sendo o golpe de misericórdia a desapropriação pelo governo estadual das terras da Monte Alegre para a criação do campus da USP em Ribeirão Preto. Uma família grande, muitos herdeiros e algumas dívidas - esta foi a receita que terminou definitivamente com o grande império do legítimo 'Rei do Café'.

1913, não obteve o mesmo resultado, mesmo contando com mais de 10.000 colonos das diversas fazendas.⁹⁵

Dois dos movimentos mais expressivos ocorridos em Ribeirão Preto foram as greves de 1912 e 1913, que envolveram milhares de trabalhadores das fazendas de café do Coronel Francisco Schmidt e Francisco da Cunha Diniz Junqueira. Os trabalhadores reivindicavam melhoria de salários, de condições de trabalho e terras para o cultivo de cereais. Um dos motores desse movimento foi a proibição, por parte dos fazendeiros, do cultivo entre as fileiras de cafeeiros, ameaçando o sonho do imigrante de se tornar independente financeiramente, podendo consumir e vender o que plantasse.⁹⁶

Ainda sobre a derrota sofrida pelos trabalhadores na greve de 1913, temos uma mudança na postura dos cafeicultores que apreenderam se organizar após a greve de 1912, e assim evitaram o êxito “às greves de 1913, e em 1914 os fazendeiros de São José do Rio Pardo, por exemplo, fizeram um acordo para reduzir os salários e boicotar quaisquer trabalhadores suspeitos de estarem em dívida com seu empregador anterior.”⁹⁷

Portanto, Francisco Schmidt aproveitou dessas condições para conseguir se estabelecer como grande produtor da região de Ribeirão, sendo elas: expansão cafeeira; utilização de mão de obra imigrante em suas propriedades; transporte do produto, o café, pelas ferrovias; facilidade de acesso ao crédito por meio da parceria com a firma alemã.

⁹⁵ Essas greves de 1912 e 1913 receberam destaque no cenário nacional ao serem noticiadas em jornais de grande circulação. Acervo do Jornal *O Estado de São Paulo*. Matérias: 15/05/1912, página 4 e 18/05/1912, página 4.

⁹⁶ **Filhos do Café**. Curadoria Histórica do Museu do Café - Ribeirão Preto, Fundação Instituto do Livro, 2010. p. 35.

⁹⁷ STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: Homens, mulheres e Capital (1850-1980)**. 1986. p. 74.

CAPÍTULO 2

CAFÉ, ESTRADA DE FERRO E O 'REI DO CAFÉ'

Esse segundo capítulo tratou da relação da produção de café com a questão da expansão da estrada de ferro, como café e ferrovia andaram juntos no estado de São Paulo. Focaremos um pouco mais no caso da Estrada de Ferro Mogiana, que ligou a região do Oeste Paulista com Santos, e como o interesse de alguns cafeicultores influenciou as linhas férreas e os ramais que foram criados. Além disso, iremos colocar nosso personagem dentro desse contexto e mostrar como se deu a aquisição das primeiras propriedades por parte de Francisco Schmidt.

2.1. EXPANSÃO CAFEIEIRA EM SÃO PAULO E A ESTRADA DE FERRO

Através do Vale do Paraíba, o café penetrou no estado de São Paulo no início do século XIX, vindo da região de Vassouras (RJ). Rapidamente, a cultura cafeeira se alastrou atingindo o centro-oeste paulista, de modo que, a partir de meados do século XIX, o café já era o principal produto comercial brasileiro, chegando a representar 3/4 do valor das exportações nacionais.

No decênio de 1880-1890 surgiram os grandes centros cafeeiros de Limeira, São Carlos, Araraquara, Descalvado, Jaboticabal e Ribeirão Preto. Coincidentemente, esse mesmo decênio foi o de maior desenvolvimento ferroviário para o estado de São Paulo⁹⁸. E no que se refere ao povoamento do estado, foi nesse momento que ocorreu a migração em massa de mineiros e cariocas para o Oeste Paulista, além da chegada vultosa de imigrantes. Dessa forma, motivada pelo café e ajudada pela expansão das ferrovias, por volta de 1885, toda a região centro-oriental paulista já estava efetivamente ocupada.⁹⁹ O desenvolvimento do estado de São Paulo, nesses dez anos, foi notável: o comércio aumentou três vezes; houve considerável crescimento

⁹⁸ Cf. MATOS, O. N. de. **Café e ferrovias**: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. 1974. cap. 4.

⁹⁹ Cf. MATOS, O. N. de. op. cit. cap.2.

populacional; a produção cafeeira do estado representava metade de toda a produção brasileira; e a imigração apresentava resultados significativos.¹⁰⁰

Com o café atingindo regiões cada vez mais distantes do litoral, o que era possível graças à abundância de terras de solo ainda virgem, as ferrovias surgiram para auxiliar a produção cafeeira já existente, tornando o transporte da produção até o porto de Santos mais rápido, seguro e barato.¹⁰¹

Parte significativa da historiografia já esclareceu que o incipiente capital industrial paulista originou-se do capital cafeeiro como parte do “complexo exportador de café”, que incluía, além do transporte ferroviário, a produção e o processamento do café, o comércio de importação e exportação e os serviços bancários.¹⁰²

Essa estreita ligação explica o fato de a maioria das ferrovias paulistas terem sido construídas com capitais levantados na própria província, com pessoas ligadas ao café. Foi o caso das estradas de ferro Paulista, Mogiana e Sorocabana, que foram organizadas e financiadas pelos grandes cafeicultores paulistas, seus aliados no comércio e governos locais¹⁰³. Além das pequenas ferrovias que surgiram na década de 1890, construídas para atender aos interesses de grandes fazendeiros, pois as mesmas passavam na frente de suas terras, sendo verdadeiras “cata-café”.¹⁰⁴

Até 1890, o café era quem ditava o traçado das ferrovias, que eram vistas apenas como auxiliadoras da produção cafeeira. Após esse período, houve uma inversão e as estradas de ferro passaram a ser construídas para abrir novas áreas para a expansão agrícola, principalmente do café, e ao mesmo tempo promover o povoamento e o comércio de terras. Um exemplo dessa nova tendência foi a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que começou a ser construída em 1905.

¹⁰⁰ Cf. MATOS, O. N. de. **Café e ferrovias**: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. 1974, cap. 4.

¹⁰¹ Cf. HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café**: café e sociedade em São Paulo (1886-1934). 1984. p.25.

¹⁰² Dentre os autores que compartilham dessa tese destacamos: W. Suzigan. **Indústria brasileira**: origens e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec/Ed. Unicamp, 2000; J. M. C. de Mello. **Capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia cafeeira. 10^o ed., Campinas: Ed. Unicamp, 1998; S. Silva. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976; W. Cano **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4^a ed. Campinas: Unicamp/IE, 1998; W. Dean **A industrialização de São Paulo 1880/1945**. São Paulo: Difel, 1971; Saes, op. cit., 1986.

¹⁰³ Ibid.

¹⁰⁴ Cf. MATOS, O. N. de op. cit., cap.4.

As dificuldades no transporte das mercadorias limitavam o desenvolvimento agrícola de Ribeirão Preto, pois até a década de 1870 ainda era realizado por tropas de animais. O advento da ferrovia promoveu transformações no município, estimulando o aumento da produção agrícola, especialmente a cafeeira.¹⁰⁵

Ribeirão Preto, além disso, dispunha de solo extremamente fértil e condições climáticas favoráveis ao cultivo da preciosa rubiácea. Isso alterou significativamente o perfil demográfico do município, onde chegaram levas de novos trabalhadores, estrangeiros e nacionais, para suprir a crescente demanda de mão de obra. Dessa forma, o município ocupou lugar de destaque na produção de café e desenvolveu seu comércio no núcleo urbano.

Ao mesmo tempo em que a produção cafeeira crescia e as ferrovias se multiplicavam, o crescimento populacional acompanhava tal expansão. A necessidade de um maior contingente de mão de obra para a lavoura levou os cafeeiros a exercerem uma política de incentivo à imigração, sendo os imigrantes “parcela importante da mão de obra das fazendas de café”.¹⁰⁶ O povoamento tendia a acompanhar as ferrovias e a produção cafeeira. Em áreas onde o café já estava em decadência, como era o caso da região do Vale do Paraíba após o início do século XX, a população permaneceu estável ou com um pequeno decréscimo.

Por esse motivo, vários autores se dedicaram ao tema que relaciona a cafeicultura ao setor ferroviário. Dentre eles, Odilon Nogueira de Matos (1974) sintetizou essa relação ao afirmar que as linhas férreas no Brasil nasceram atreladas à produção cafeeira e assim permaneceram durante quase toda a sua história. Para o autor, essas ferrovias foram construídas em função dos interesses dos cafeeiros e, posteriormente, quando algumas delas foram agrupadas em redes maiores, acabaram ficando sem função, dado o caráter sazonal do café. Por isso, muitas foram sistematicamente desmanteladas.

Já para Flávio Saes (1986), as ferrovias em São Paulo vieram substituir o transporte realizado por tropas de muare. Na medida em que as estradas de

¹⁰⁵ Em 1875, a Mogiana inaugurou seu primeiro trecho de 35 quilômetros de Campinas a Jaguari e em 1889 atingiu 510 quilômetros, realizando o trajeto Casa Branca, Batatais, Ribeirão Preto, Franca até as margens do Rio Grande. (TOSI, 1998 p. 76). A estação de Ribeirão Preto foi inaugurada em 1883.

¹⁰⁶ SAES, F. A. M. de. **As ferrovias de São Paulo (1870-1940)**. 1981. p.42.

ferro liberaram parte do contingente de escravos destinados à atividade de transporte, estes puderam ser alocados no trabalho propriamente agrícola. Apesar de não negar a relação existente entre café e ferrovias, Saes (1986) pontuou, no entanto, que tal relação se desenvolveu sob a contradição que envolvia esses dois setores econômicos. Segundo o autor, as companhias ferroviárias não devem ser entendidas como meros apêndices da economia cafeeira, pois seus objetivos podiam conflitar com os da “lavoura” e até serem definidos segundo políticas próprias.¹⁰⁷ Nesse sentido, embora houvesse a interdependência entre a economia cafeeira e as ferrovias, a maioria das companhias ferroviárias de São Paulo buscava seus próprios interesses, que oscilavam entre garantir alta rentabilidade aos capitais investidos, na forma de distribuição de dividendos elevados aos seus acionistas e expandir suas linhas, como alternativa para assegurar o monopólio do transporte e, conseqüentemente, a lucratividade operacional das empresas.¹⁰⁸ Em seu trabalho, Flávio Saes (1981) ressaltou que “qualquer tentativa de explicar o desenvolvimento de um deles sem referência aos outros dois mostra-se incompleta”.¹⁰⁹

É possível observar uma estreita relação entre o aumento demográfico das diferentes zonas cafeeiras com seus respectivos desenvolvimentos econômico e expansão da via férrea¹¹⁰. Nesse sentido, conforme já foi mencionado, até 1890 as ferrovias buscavam áreas onde a produção cafeeira e a população eram maiores e já consolidadas. Depois de 1890, as ferrovias passaram a anteceder à produção e à população, servindo assim para abrir novas áreas para que estas se estabelecessem.

Assim, conforme fica demonstrado quando comparamos a Tabela 2, que aborda a população de São Paulo a partir das divisões de Zonas estabelecidas por José F. Camargo (1952), com a Tabela 3, que mostra a produção de café em cada uma das mesmas Zonas, temos que a sétima zona ou zona noroeste do estado, desenvolveu-se rapidamente após 1910 com a chegada da ferrovia

¹⁰⁷ Cf. SAES, F. A. M. de. **A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira**. 1986, p. 64-67.

¹⁰⁸ Ibid. p. 163

¹⁰⁹ SAES, F. A. M. de. **As ferrovias de São Paulo (1870-1940)**. 1981, p. 37.

¹¹⁰ José Francisco Camargo dividiu o estado de São Paulo em dez zonas cafeeiras, baseando-se na influência das maiores ferrovias, sendo a primeira, a da Capital; a segunda do Vale do Paraíba; a terceira, a Central; seguidas pela Mogiana; a Araraquarense; a Paulista; a Noroeste; a Alta Sorocabana; a Sorocabana; e a Baixa Sorocabana, sucessivamente.

Noroeste do Brasil, visto que em 1900 tinha uma população mínima de 7.815 habitantes e produzia em 1905 apenas 93.821 arrobas de café.¹¹¹ Já na terceira década do século XX, a população da região noroeste se multiplicara em 80 vezes e a sua produção cafeeira atingia 13.200.365 arrobas, vide as tabelas 2 e 3:

TABELA 2

População de São Paulo: número de habitantes por período

Zona	1854	1874	1886	1900	1920	1934	1940
1ª zona	35.670	46.775	74.895	281.256	654.578	1.168.776	1.480.116
2ª zona	123.948	251.603	335.922	405.334	484.699	476.534	472.305
3ª zona	128.257	228.203	295.782	412.741	752.524	843.335	848.659
4ª zona	57.092	122.057	178.795	464.091	811.974	871.389	843.148
5ª zona	21.889	69.614	133.697	275.079	530.257	599.842	576.775
6ª zona	-----	16.347	33.151	148.400	583.771	879.532	943.832
7ª zona	-----	-----	-----	7.815	136.454	618.990	856.506
8ª zona	-----	30.370	71.903	118.905	341.754	599.661	724.017
9ª zona	23.432	40.085	54.805	80.820	134.227	148.365	175.272
10ª zona	26.861	32.300	42.430	85.167	161.950	226.903	259.686
TOTAL	417.149	837.354	1.221.380	2.279.608	4.592.188	6.433.327	7.180.316

Fonte: CAMARGO, op. cit., vol. II, Tab. II e Tab. 22.

TABELA 3

Produção Cafeeira de São Paulo: arrobas de café por período

Zona	1854	1886	1905	1920	1934	1940
1ª zona	----	----	8.275	1.007	1.220	465
2ª zona	2.737.639	2.117.134	1.804.355	734.387	898.751	556.996
3ª zona	525.296	4.795.850	4.490.684	2.271.763	3.669.253	1.937.219
4ª zona	81.750	2.366.599	2.145.312	8.850.184	8.973.764	9.080.156
5ª zona	223.470	2.458.134	7.417.916	3.263.620	6.146.144	6.225.798
6ª zona	----	----	5.780.946	2.956.700	14.389.620	15.234.061
7ª zona	----	----	93.821	580.139	13.200.365	18.521.470
8ª zona	----	----	3.931.375	1.536.868	7.189.330	9.321.973
9ª zona	----	----	117.403	139.420	85.388	67.437
10ª zona	----	----	28.992	9.860	56.390	39.912
TOTAL	3.579.035	12.371.613	35.819.079	20.243.948	54.610.225	60.985.487

¹¹¹ SAES, F. A. M. de. **As ferrovias de São Paulo (1870-1940)**. 1981, p.44-45.

OBS: O total dos anos de 1854 e de 1886 não corresponde à soma; parcelas referentes às outras zonas, como segue: 1854: 10.600 arrobas; 1886: 633.896 arrobas.

Fonte: CAMARGO, op. cit., Vol. II, Tab. 62; Vol. III, Tabs. 107 e 108.

Ao analisarmos as tabelas podemos observar que a região de Campinas, ou então, a zona Central e que era cortada por várias ferrovias desde a década de 1870, teve um elevado crescimento populacional até a década de 30 do século XX, mesmo com o auge da produção cafeeira já tendo sido alcançado na década de 1890. Por outro lado as zonas 5 e 6, Araraquarense e Paulista, respectivamente, ao serem atingidas pelo prolongamento das estradas de ferro, no final do século XIX, tiveram nesse período um grande aumento nas suas taxas de população e de produção cafeeira. Junto com a quarta zona, a Mogiana, a Araraquarense e a Paulista representaram, até a segunda década do século XX, as maiores regiões produtoras de café do estado, sendo ultrapassadas pela região Noroeste na década de 40.

No período de 1880 e 1890, teve-se uma grande procura por terras no Oeste Paulista, na região de Ribeirão Preto, esta que logo se transformaria em uma importante área produtora de café. Um fator que auxiliou nesse rápido desenvolvimento dessa região foi a chegada da Estrada de Ferro Mogiana, em 1883, e com isso se solucionava a questão do transporte entre Ribeirão Preto e o porto de Santos, antes feito por tropas de burros.¹¹²

A cidade era de fato, à época, a 'Capital do Café'. Os números lhes conferiam este título. Um informativo editado em Londres, em 1913, cita que entre os doze maiores produtores de café do estado de São Paulo ocupavam as primeiras posições Francisco Schmidt, Henrique Dumont, Martinho Prado, Francisca do Val, proprietários de fazendas em Ribeirão Preto e cidade vizinhas.¹¹³

Ainda sobre a importância que a estrada de Ferro Mogiana representou para a região da Mogiana (Mogi Mirim, Ribeirão Preto), mesmo possuindo o solo mais adequado – terra roxa -, foi somente após a construção da ferrovia

¹¹² Cf. HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886 - 1934.** 1979. p.25

¹¹³ **Filhos do Café.** Curadoria Histórica do Museu do Café - Ribeirão Preto, Fundação Instituto do Livro, 2010. p. 11

que o cultivo do café foi viabilizado nesta região, fazendo desta uma das áreas de maior importância para a história do café e da imigração.¹¹⁴

A construção das ferrovias visava baratear o custo dos transportes, por isso os cafeicultores passavam a investir nelas. Temos como exemplo a inauguração da *The São Paulo Railway Company*, em 1867, a qual contava com capital, tecnologia e técnicos ingleses, e transportava o café de Jundiaí ao porto de Santos.

Também na região do Oeste Paulista, os trilhos seguiram o caminho do café. “Inicialmente foram construídas a Companhia Paulista (1872), a Companhia Mogiana (1875) e a Companhia Sorocabana (1875).”¹¹⁵

As ferrovias não só contribuíram para a redução de custos no escoamento da produção, como também representou um fator determinante na expansão da fronteira agrícola do estado.

A partir de 1888, devido ao crescimento da exportação do café, as instalações portuárias tiveram que ser ampliadas.

Com todo esse crescimento da produção cafeeira, a cidade de Santos – sede do porto e cidade da futura sede da Bolsa do Café¹¹⁶ – assistiu à multiplicação das Casas Comissárias, casas estas que eram responsáveis pela comercialização do produto. Mas não foi só nas cidades portuárias e grandes centros comerciais que notamos o desenvolvimento, pois nas cidades do interior foram fundados jornais e clubes literários. “Intensifica-se o comércio e altera-se a feição cultural do estado.”¹¹⁷

Como é possível notar a partir da Tabela 4, já em 1886 a liderança na produção cafeeira começou a se deslocar do Vale do Paraíba para a Zona Central. A Alta Mogiana, também, passou a apresentar um grande desenvolvimento na cultura de café.

¹¹⁴ Esta região foi denominada de Mogiana por causa da ferrovia que teve o mesmo nome. Começou a ser construída por iniciativa dos próprios cafeicultores, a partir de Campinas, em 1874. Na década seguinte, graças a essa estrada de ferro, a região foi responsável por uma grande produção de café.

¹¹⁵ FREITAS, Sônia Maria de. **E chegaram os imigrantes... (o café e a imigração em São Paulo)**. 1999. p.18.

¹¹⁶ A Bolsa do Café foi criada por decreto federal, e iniciou suas atividades em 1917 em uma pequena repartição alugada no centro da cidade de Santos. Mas conforme aumentava o volume das negociações, a construção de uma sede própria passou a ser necessária, e em 1922 a Bolsa do Café transferiu-se para o palácio, especialmente construído para sediá-lo.

¹¹⁷ FREITAS, Sônia Maria de. **E chegaram os imigrantes... (o café e a imigração em São Paulo)**. 1999. p. 20.

TABELA 4

1886: Produção de café e população na província de São Paulo

Zona	População	Porcentagem s/ a pop. Total	Café- produção em arrobas	Porcentagem
Norte	338.533	32,66	2.074.267	19,99
Central	299.216	28,86	3.008.350	29,00
Mogiana	163.831	15,80	2.262.599	21,81
Paulista	133.697	12,90	2.458.134	23,69
Araraquarense	43.358	4,18	420.000	4,05
Noroeste	-	-	-	-
Alta Sorocabana	58.004	5,60	151.000	1,46
TOTAL	1.036.639	100,00	10.374.350	100,00

Fonte: MILLIET, Sergio. Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. 1982. p.20

A partir da Tabela 4 temos que em 1886, apesar da Zona Norte ser mais populosa que as demais, com seus 338.533 habitantes, a liderança na produção cafeeira pertencia já à Zona Central, que alcançou uma produção de 3.008.350 arrobas, enquanto a Norte tinha uma produção de 2.074.267 arrobas de café. Nesse mesmo período analisado pela Tabela 4, a Zona da Mogiana produziu 2.262.599 arrobas, o que correspondia a cerca de 21,81% da produção paulista. E dentro da Zona da Mogiana em 1886, os mais importantes centros cafeeiros eram: Amparo (933.333 arrobas), Casa Branca (300 mil arrobas), São José do Rio Pardo e Serra Negra, com 200 mil arrobas respectivamente¹¹⁸. Ainda sobre a Mogiana, temos que a mesma apresentou um crescimento populacional entre 1854 a 1886, mantendo um ritmo de crescimento na base de 15% em relação à população total de São Paulo.

É importante destacar que o contexto econômico e político do final do século XIX foi marcado pela emergência do trabalho assalariado em substituição ao trabalho escravo, pela mudança de regime político e pela grande expansão da lavoura cafeeira. Em meio a tudo isso, os grandes fazendeiros passaram a diversificar seus investimentos, seja em ferrovias, como em bancos ou em empresas de serviços públicos, formando assim, como nos fala a literatura sobre a industrialização e a urbanização de São Paulo, um

¹¹⁸ Cf. MILLIET, Sergio. **Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. 1982. p.55.**

grande capital cafeeiro. Desse modo, acreditamos que diferentes elites regionais, oriundas de diferentes negócios, seguiram os mesmos percursos de investimentos dos fazendeiros paulistas.¹¹⁹

A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro foi criada no dia 21 março em 1872 por meio da lei provincial nº18, sendo organizada por iniciativa de um grupo de fazendeiros¹²⁰ para promover o escoamento da produção de café da região de Mogi-Mirim e Amparo. Esta lei provincial concedia privilégios de zona e garantia de juros de 7% sobre o capital investido, na época 3.000:000\$000 (três milhões de contos de réis). Também concedia o privilégio, sem garantia de juros para o prolongamento da linha até às margens do Rio Grande, passando por Casa Branca e Franca.¹²¹

A Mogiana se tornou uma empresa com um grande número de pequenos ramais que visavam alargar ainda mais a sua faixa de influência, atingindo diversas localidades¹²². Esses ramais caracterizaram a Mogiana como a “estrada de ferro dos pequenos ramais”, atendendo em muitos casos, aos interesses e necessidades dos fazendeiros, ligando suas propriedades ao porto de embarque, exercendo um importante papel na reordenação e dinamização da cafeicultura.¹²³

¹¹⁹ Para informações sobre o grande capital cafeeiro em São Paulo: SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, SAES, Flávio Azevedo Marques de. **A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira**. São Paulo: Hucitec, 1986.

¹²⁰ Os fundadores da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro foram: Antônio de Queiroz Telles (Barão, Visconde e Conde de Parnaíba), família Silva Prado e José Estanislau do Amaral, entre outros grandes plantadores de café. Fazia parte também o Barão de Tietê, presidente da Companhia União Paulista (empresa de seguros). Disponível em: <http://www.cmef.com.br/pp_fundacao.htm> Acessado em: 14 fev 2017.

¹²¹ O projeto de construção e organização foi concluído em 2 de dezembro, e foram aprovados em junho do ano seguinte. Em agosto, é inaugurada a Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Disponível em: <http://www.cmef.com.br/pp_fundacao.htm> Acessado em: 14 fev 2017.

¹²² Estendia-se de Campinas até Araguari, em Minas Gerais, passando por Mogi Mirim, Casa Branca, São Simão, Ribeirão Preto, Franca e Uberaba. Em agosto de 1873, a ligação Campinas e Mogi-Mirim iniciou suas operações. Em 14 de abril de 1875, realizou o contrato com o governo da Província de São Paulo para a ligação entre Casa Branca e Campinas, sendo esta inaugurada em 14 de janeiro de 1878. Seguindo-se a ligação para Ribeirão Preto, em 1883, via São Simão (1882). Em 1887, a ligação se estendeu a Franca e, em 1888, já se encontrava às margens do Rio Grande, pronto para penetrar o Triângulo Mineiro. Com a construção desse tronco e de sua extensão até Ribeirão Preto, a companhia passou a obter excelentes rendimentos, uma vez que passou a atender uma área em franca expansão na cultura do café.

¹²³ Cf. PEREIRA, Reginaldo de Oliveira. **Nas Margens da Mogiana: as repercussões da cafeicultura no município de Orlandia (1901-1940)**. 2005.146 f. Dissertação (Mestrado) – UNESP, Franca. p.39.

As ferrovias, em seu auge, foram de grande importância para o progresso das cidades, auxiliando o desenvolvimento do comércio, indústria e agricultura, e também agilizando os meios de comunicação da época, sendo por este motivo, este tema, de grande relevância. As estradas de ferro, até os anos trinta, foram essenciais no processo de transformação do Estado. Para que o café se tornasse um produto lucrativo, era essencial o desenvolvimento do sistema de transporte. Entretanto, após este período de progresso, houve vários fatores, econômicos, sociais e políticos que, gradualmente, concorreram para o declínio e, após um longo período, a quase total desativação destas ferrovias, deixando muitas estações abandonadas e, algumas, servindo até como depósito de vagões. A região de Ribeirão Preto era uma das principais áreas produtivas do café e a Companhia Mogiana só se instalou em Ribeirão Preto para facilitar o escoamento da produção cafeeira, o que acabou beneficiando toda a população, gerando um crescimento no comércio e trazendo os imigrantes para a região.

A grande extensão das linhas, exploradas pela Mogiana, constituiu uma vasta rede, com ramais de grande tráfego. A companhia construiu a maior extensão de linhas férreas no território paulista, além de outras que executou em Minas Gerais¹²⁴. A Mogiana atraiu milhares de imigrantes, que preferiram as regiões novas. De certo modo, o grande propulsor do prolongamento das linhas da Mogiana foi o café.

¹²⁴ A Mogiana partiu para a construção do trecho que levaria seus trilhos ao Triângulo Mineiro e Sul de Minas Gerais, com vista a atrair a economia local para a paulista e vice versa. O ramal de Poços de Caldas foi concluído em 1886, o rio Grande foi atingido em 1888. O ramal de Franca em 1889.



Mapa 1. Estrada de Ferro Mogiana¹²⁵

Contudo, após 1897 o Brasil entrou em um período de superprodução, devido, principalmente a expansão desenfreada dos cafezais paulistas. Para tentar impedir que novas áreas fossem abertas para o cultivo de grão no Estado de São Paulo, em 1902, o governo estadual decretou o Imposto de Dois contos de réis sobre cada alqueire de cultura de café novo. Por meio desse decreto, tentou-se proibir a plantação de novos cafezais pelo período de 5 anos, além de deter sua marcha para as zonas pioneiras. Mesmo com o perigo

¹²⁵ Disponível em: <<http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1970ciaMogiana.shtml>> Acessado 27 dez 2016.

da superprodução e os decretos tentando impedir o aumento da produção cafeeira, o café continuou sua expansão e os fazendeiros passaram a conviver com o temor de crises. Nesse momento, a solução encontrada foi a de intervenção no mercado para manter o preço das sacas, tendo destaque a valorização¹²⁶ estabelecida pelo Convênio de Taubaté(1906)¹²⁷, que conseguiu elevar os preços internacionais, melhorando as relações de troca do Brasil.

Essas operações de valorização são fontes de divergências dentro da historiografia, isso no que diz respeito ao grau de eficiência das mesmas em fatores de produção. Assim, como efeito positivo no curto prazo das políticas de valorização, temos a asseguaração da manutenção de renda do setor cafeeiro, o que manteve a economia funcionando na maior parte da República Velha. Entretanto, quando pensado no longo prazo, essas políticas de valorização acabaram ampliando o ciclo endógeno do café e levou à crise de superprodução de 1929.¹²⁸

Nesse momento de grande expansão das lavouras de café no Oeste Paulista impulsionado pela expansão das linhas férreas e seus ramais, temos a publicação da **Revista Brazil Magazine**, que era um relatório feito em 1912 por uma publicação inglesa, onde apresentava uma lista dos doze maiores produtores de café do Estado de São Paulo. Com exceção de dois, todos os demais eram da região da Mogiana, como pode ser observado na Tabela 5. Isso evidencia a grande importância que essa região da Mogiana desempenhava dentro do quadro nacional da produção cafeeira, e justifica o interesse de imigrantes de irem trabalhar nessas lavouras.

¹²⁶ Política de valorização se caracterizou pelas três principais operações de valorização - 1906, 1917 e 1921 – e a valorização permanente.

¹²⁷ Acordo firmado no início de 1906, no último ano do governo Rodrigues Alves (1902-1906), pelos presidentes dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, na cidade de Taubaté (SP), com o objetivo de pôr em prática um plano de valorização do café, garantindo o preço do produto por meio da compra, pelo governo federal, do excedente da produção. Aprovado pelo Congresso, transformou-se no Decreto nº 1.489, de 6 de agosto do mesmo ano.

¹²⁸ Para Dean (1971), a cafeicultura era altamente complementar à indústria, assim ao valorizar e proteger a primeira, estava também favorecendo a segunda. Já Delfim Neto (1973), vê na valorização permanente efeitos negativos que influenciaram o crescimento de longo prazo. A mesma conclusão chega Celso Furtado (1986), já que para ele as políticas de valorização criaram bases para um ciclo de retroalimentação no mercado cafeeiro, onde as altas dos preços serviam para atrair novos produtores, aumentando a oferta e fazendo necessário novas intervenções.

TABELA 5
São Paulo: maiores produtores (1912)

Nome	Município	Produção em arrobas (média anual)	Número de cafeeiros
Francisco Schmidt	São Simão e Ribeirão Preto	700.000	7.885.154
Dr. Henrique Dumont	São Simão	400.000	1.500.00
Dumont Coffee Co. Ltda.	Ribeirão Preto	310.000	3.999.900
S. Paulo Coffee States Co.	São Simão	300.000	2.325.000
Herdeiros D. Veridiana Prado	Sertãozinho	190.000	1.268.000
Herdeiros Dr. Martinho Prado	Ribeirão Preto	160.000	2.112.700
Cia. Agrícola Ribeirão Preto	Cravinhos	93.000	1.800.000
Cia. União Santa Clara	São Simão	60.000	1.000.000
D. Francisca S. do Val	Ribeirão Preto	60.000	977.000
Conde Prates	Rio Claro	50.000	950.000
Ellis & Netto	São Carlos	45.000	1.000.000
J. da Cunha Bueno	Cravinhos	40.000	950.000

Fonte: Reginald Lloyd *et al* – Impressões do Brasil no Século Vinte. 1913, p.632.¹²⁹

O rápido sucesso da lavoura cafeeira, no município de Ribeirão Preto, fez do café o principal produto da região, no início do século XX. Essa predominância se consolidou nas duas primeiras décadas do século XX, época em que ocorreu o auge da cultura cafeeira no município de Ribeirão Preto. Apoiando-se no tripé: terras excelentes (as terras roxas e sua grande fertilidade), mão de obra imigrante e ferrovias (substituição das tropas de burros pelas linhas férreas), com tudo isso, Ribeirão Preto se tornou o maior centro cafeeiro do Estado de São Paulo. Podemos verificar essa liderança na produção cafeeira do município, no período de 1911-1921, conforme demonstrado na Tabela 6.

¹²⁹ **Impressões do Brasil no Século Vinte**. Reginald Lloyd *et al*, Londres e RJ, 1913. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g39.htm#Agricultura>> Acessado em 29 nov 2016.

TABELA 6

Produção cafeeira do município de Ribeirão Preto (1911-1921)

Anos	Cafeeiros produzindo	Produção Total (arrobas)	Por mil pés
1911-1912	30.000.000	2.540.220	84 arrobas, 6
1912-1913	31.394.365	2.657.850	84 arrobas, 6
1913-1914	31.394.365	2.242.950	81 arrobas, 0
1914-1915	31.394.365	2.467.400	78 arrobas, 5
1915-1916	31.394.365	2.717.970	86 arrobas, 5
1916-1917	31.394.365	2.306.890	73 arrobas, 4
1917-1918	31.394.365	2.760.000	87 arrobas, 9
1918-1919	31.394.365	1.688.000	53 arrobas, 7
1919-1920	31.394.365	560.00	17 arrobas, 8
1920-1921	31.394.365	2.780.000	88 arrobas, 5

Fonte: EGAS, Eugênio (org.). **Os Municípios Paulistas. Seção de Obras d' O Estado de São Paulo**. 1925, vol. II, p.1547.¹³⁰

Contudo, com o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) ocorreu uma nova queda nos preços do café e das suas exportações. Em 1917, a situação se agravou por dois fatores: a suspensão das importações pelos ingleses e a entrada dos Estados Unidos, maior comprador do grão, no conflito, gerando uma redução das importações. E entre 1917-18 uma nova crise atingiu o setor cafeeiro e a perspectiva de uma imensa safra no período só fez com que os preços caíssem, fazendo com que o governo central realizasse uma segunda operação de valorização, com a compra de 3 milhões de sacas. Delfim Neto (1973), vê na valorização permanente pontos negativos que repercutem sobre o crescimento de longo prazo, já que os cafeicultores induziriam a retenção de fatores produtivos na cafeicultura, ao invés de empregá-los na indústria.

O que evitou que a produção cafeeira continuasse a produzir imensas safras foi um fator natural. Em 1918 uma forte geada, em São Paulo, atingiu áreas de plantações de café, destruindo 40% dos cafezais¹³¹ e causou o declínio de sua produção entre 1918-1919 e 1919-1920. Com a redução de sua

¹³⁰ EGAS, Eugênio. **Os municípios paulistas**. São Paulo, Publicação Oficial, vol. II, 1925.

¹³¹ "Segundo o testemunho de pessoas insuspeitas, que temos ouvido, reina o verdadeiro pânico entre os lavradores, sem exclusão da maior parte dos grandes lavradores de café, cujas condições de prosperidade não lhes puderam evitar um considerável abalo, tão grande foi o desastre", registrou o Estado em 29 de junho. Em Jundiá, dos 6,8 milhões de pés de café existentes nas lavouras da cidade, 2,5 milhões foram "torrados pela geada". **Notícias Diversas**. Acervo do Jornal **O Estado de São Paulo**. 27 de Junho de 1918. Página 5.

oferta no mercado, houve a elevação dos preços internacionais e das exportações. Ainda em 1918, com o fim da Primeira Guerra Mundial, o comércio internacional se normalizou, e novamente temos a elevação do preço do café, causando a euforia no setor.

Em 1920, temos uma redução no número de plantadores de café para 141, segundo Marcondes (2007), por mais que tenha ocorrido uma recuperação da produção após a geada de 1918, ela atinge só 560 mil arrobas em 1919-1920, ou seja, houve uma retomada na produção, como pode ser visto na Tabela 7, mas sem atingir o patamar anterior, isso devido ao aumento do consumo mundial. A política econômica adotada, com o alargamento do crédito e o recurso das grandes emissões de papel-moeda, provocou o aumento no número dos cafezais.¹³² “Apesar de duas safras acima de dois milhões de arrobas após a geada, a produção manteve uma tendência de declínio na década de 1920, que se acentuou na seguinte.”¹³³

TABELA 7

1920: Produção de café e população na província de São Paulo

Zona	População	Porcentagem s/ a pop. Total	Café- produção em arrobas	Porcentagem
Norte	490.660	13,43	767.069	3,47
Central	769.802	21,07	2.780.525	12,58
Mogiana	811.974	22,23	7.852.020	35,53
Paulista	537.237	14,71	4.148.462	18,77
Araraquarense	579.653	15,87	4.152.438	18,79
Noroeste	136.464	3,74	722.119	3,27
Alta Sorocabana	326.994	8,95	1.676.228	7,59
TOTAL	3.652.774	100,00	22.098.861	100,00

Fonte: MILLIET, Sergio. *Roteiro do café e outros ensaios*: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. 1982. p.20.

A partir dos dados da Tabela 7 temos que a Mogiana passou a liderar a produção cafeeira de São Paulo, contribuindo com 35,53% sobre a produção total, ou seja, 7.852.020 arrobas. Era o apogeu cafeeiro da Mogiana e, por meio da cultura do café, temos uma popularização da região.

¹³² Cf. FAUSTO, Boris. *Expansão do café e política cafeeira*. 1975, p.229.

¹³³ MARCONDES, Renato Leite. *O Café em Ribeirão Preto (1890-1940)*. 2007. p.10

A rede ferroviária é um agente de transformação da realidade rural paulista (as regiões levam o nome da ferrovia que as atravessa), mas ao mesmo tempo vem dirigida e condicionada pela marcha do café. Ela é concebida exclusivamente em função do café e da sua exportação, de acordo com a necessidade e a importância das diversas localidades e não como motor do mercado interno ou como meio efetivo de comunicação funcional para toda a área do estado (...) quando a fronteira do café se transfere, troncos ferroviários inteiros são abandonados.¹³⁴

A partir de 1920, a participação do Brasil no mercado internacional estacionou e começou a declinar, fazendo com que, em 1921, o governo federal fizesse uma nova intervenção, essa foi a terceira valorização do café, com a compra efetuada pelo banco central.

Em 1922 o governo federal contraiu empréstimos com as casas exportadoras para garantir a manutenção do preço do café, obtendo assim a consolidação de dívida externa do café. Nesse mesmo ano, fundou-se o Instituto para a Defesa Permanente do Café¹³⁵, o qual visava controlar o comércio exportador do grão, regulando as entregas ao mercado e mantendo o equilíbrio entre oferta e a procura. Desse modo, criaram-se as condições que permitiram a extensa plantação de cafezais nas novas áreas do chamado Oeste Paulista. Contudo, a cada valorização, ao invés de conter a plantação de novos cafezais, na prática, estimulava-se o aparecimento de novas plantações. Esse problema continuou até a grande depressão de 1929, com a queda da Bolsa de Nova Iorque, com violentas depressões em nível mundial, que fez ruir as bases artificiais em que vinha se mantendo essa política de valorização do café.

Ainda no que tange a década de 1920, a partir da Tabela 8 temos um panorama com os principais cafeicultores da região de Ribeirão Preto em 1922, já que nesse período, essa localidade tinha papel importante no cenário nacional da produção de café. Nas primeiras colocações figurava duas

¹³⁴ VANGELISTA, Chiara. **Os Braços da Lavoura**. Imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930). São Paulo: Editora Hucitec, 1991. p.34.

¹³⁵ Em 1922 foi criado o Instituto de Defesa Permanente do Café, órgão destinado a organizar o mercado produtor nacional. Não tardou muito para que essa função passasse a ser atribuição do estado de São Paulo, com a criação, em 1924, do Instituto do Café de São Paulo.

Criado o Instituto Paulista da Defesa Permanente do Café. **Diário Oficial** (DO 21/12/1924, p. 7964) - Lei nº 2.004, de 19/12/1924 - Disponível em: <<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=19241221&Caderno=DO&NumeroPagina=7964>> Texto Original consultado em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1924/lei-2004-19.12.1924.html>> Acessado em: 17 fev 2017.

Companhias Agrícolas, cada uma contando com a presença de um 'Rei do Café', sendo eles Francisco Schmidt e Henrique Dumont, respectivamente.

TABELA 8
Principais Fazendeiros de Ribeirão Preto (1922)

Fazendeiros	Pés de café
Cia. Agrícola Francisco Schmidt	4.500.000
Cia. Agrícola Fazenda Dumont	2.500.000
Cia. Agrícola Guatapar	1.600.000
D. Francisca Silveira do Val	1.050.000
D. Iris Ferreira e Filhos	1.290.000
Cel. Joaquim da Cunha D. Junqueira	711.000
E outros, elevando-se a mais de 30.000.000 o total de cafeeiros existentes no município.	

Fonte: O Município e a Cidade de Ribeirão Preto de 1822 a 1922, op. cit., p.46

No cenário político era visível a influência exercida pelos cafeicultores, principalmente dos coronéis paulistas, a qual se consolidou no Período da República Velha com a expansão da economia cafeeira. "Entre o final de do século XIX e o início do século XX a região da Mogiana já liderava a produo do café em São Paulo. Dentre as zonas existentes, 34% do total de toneladas produzidas advinham dessa região."¹³⁶

Dentro do cenário de política nacional o órgão de representao política dos coronéis do café era o Partido Republicano Paulista (P.R.P), criado em 1873¹³⁷. Por ser o reduto dos cafeicultores, o P.R.P. defendia o aumento da autonomia municipal, garantindo assim aos cafeicultores maior poder econômico para efetuar suas transaoes comerciais com o mercado externo. Assim, os representantes do partido negociavam com o governo federal medidas para beneficiar os produtores de café, unindo os interesses pessoais com os públicos.¹³⁸ "Era o café a espinha dorsal da economia paulista, responsável por dar sustentoo  influência dos coronéis nos assuntos públicos."¹³⁹

¹³⁶ **Filhos do Café.** Curadoria Histórica do Museu do Café - Ribeirão Preto, Fundao Instituto do Livro, 2010. p. 38.

¹³⁷ Em 1873 ocorreu a Conveno de Itu que deu origem ao Partido Republicano Paulista (PRP). Os integrantes desse novo partido eram compostos, em sua maioria, por homens de posse que perceberam a necessidade de associa-se para poderem enfrentar a ordem imperial que encontrava entrave aos negócios da província.

¹³⁸ Cf. **Filhos do Café.** op. cit. p.37-39.

¹³⁹ Ibid. p. 39.

Os cafeicultores, principalmente os do Oeste Paulista¹⁴⁰, aceitaram o movimento abolicionista, introduziram a mão de obra livre estrangeira, construíram ferrovias e integraram-se ao Partido Republicano¹⁴¹, assim,

(...) a produção cafeeira paulista teve importância fundamental no desenvolvimento do estado e conseqüentemente do país. (...)As transformações econômicas e sociais ocorridas principalmente no estado de São Paulo, devido à economia cafeeira, foram as causas diretas da industrialização.¹⁴²

Devido esse papel preponderante da lavoura cafeeira, não era difícil de perceber que as crises do café repercutiam na sociedade do período, seja isso no âmbito nacional, como regional.

Um exemplo disso é a preocupação demonstrada na Câmara [de Ribeirão Preto] pela diminuição dos mercados consumidores, durante a Primeira Grande Guerra Mundial. Essa crise intensificou-se em 1918, com a ocorrência de uma geada que causou danos irreversíveis a 70% dos cafezais da região. Fazendas, antes ocupadas unicamente por cafezais, diversificaram sua produção agrícola, tentando outras lavouras, como a do algodão. Paralelamente à diversificação agrícola, o número de pequenas propriedades aumentava timidamente, sem conseguir, contudo, sobrepujar a importância das grandes áreas produtoras.¹⁴³

2.2. PRIMEIRAS PROPRIEDADES DE FRANCISCO SCHMIDT



Imagem 3. Cel. Arthur Diederichsen (à esquerda), Cel. Francisco Schmidt (no centro) e Dr. Francisco de Freitas Ramos.¹⁴⁴

Em 1876, Schmidt comprou suas primeiras propriedades. Nesse período, passou a investir em negócios que aumentariam seu capital, ou seja, adquirindo propriedades agrícolas e depois as revendendo. Desse modo, conseguia fazer essas transações decorrentes do grande interesse por terras no Oeste Paulista para a plantação de café¹⁴⁵.

No dia 24 de junho de 1876 comprou de Antônio Oliveira por 30 contos de réis: 02 moradas de casas assobradadas, paióis, plantação de café, engenho de moer cana, monjolos, cercas, currais, 6 alqueires de roça de milho, 50 porcos de cria. Ainda em 1876, no dia 25 de novembro, comprou de Joaquim Pedro de Medeiros por 12 contos: 04 moradas de casas cobertas de telhas, rego d'agua, monjolo, cafezais, pastos, cercas e outras benfeitorias. No mesmo ano, no dia 07 de dezembro, Francisco Schmidt comprou de Bernardino José Pereira por 3 contos réis, terras de cultura.¹⁴⁶

Posteriormente, em 1879, Francisco Schmidt realizou mais compras de propriedades. Em 24 de julho daquele ano comprou de Manoel Zacharias de Oliveira, por 5 contos de réis, terras de cultura. Ainda em 1879, no dia 09 de outubro realizou duas compras: na primeira, comprou de Firmino Olympio Diniz Junqueira por 2,5 contos de réis 50 alqueires de terras de cultura; na segunda, comprou mais terras de Manoel Zacharias de Oliveira por 400 mil réis.

Mas um dos principias negócios feitos pelo produtor foi a compra da Fazenda Monte Alegre¹⁴⁷, a qual se colocou como umas das propulsoras da expansão das propriedades de Francisco Schmidt, já que após a compra da mesma Schmidt passou adquirir as terras que se limitavam com a fazenda.

¹⁴⁴ No ano de 1890 Arthur Diederichsen e Schmidt adquiriram a Fazenda Monte Alegre de João Franco Moraes Octávio. Em 1942, o Governo do Estado de São Paulo instalou na Monte Alegre a Escola de Agricultura "Getúlio Vargas" e em 1952 a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Data: c.1920. Fotógrafo: não identificado. (APHRP, F295)

¹⁴⁵ Sobre essas aquisições de propriedades por Francisco Schmidt em 1876: Cf. REGISTRO, Tania. **Francisco Schmidt**. APHRP, 2009.

¹⁴⁶ Sobre essas aquisições das primeiras propriedades de Francisco Schmidt Cf. REGISTRO, Tania. **Francisco Schmidt**. APHRP, 2009.

¹⁴⁷ Recursos necessários para a compra da Fazenda Monte Alegre vieram de uma firma estrangeira a casa de importação alemã Theodor Wille. Para maiores informações conferir a dissertação de Maria Luiza de Paiva Mello Moraes (1980) p. 63-79.

A Monte Alegre havia sido formada pelo Coronel João Franco de Moraes Octavio, por volta de 1877, a partir das terras da Fazenda Ribeirão Preto Abaixo e da Fazenda Laureano. João Franco, plantou na Monte Alegre, milhares de cafeeiros, instalou máquinas de beneficiamento de café e construiu a casa sede, possivelmente no período entre o final da década de 1870 e início da década de 1880.

Em 1890, Francisco Schmidt associou-se com Arthur de Aguiar Diederichsen na compra da fazenda. Segundo a escritura, o valor pago pela propriedade foi de 600:000\$000, sendo a transação feita da seguinte forma:

600:000\$000, com pagamento de 120:000\$000 a vista e em moeda corrente, 180:000\$000, para pagamento das prestações ao credor hipotecário Banco Construtor e Agrícola de São Paulo, e 300:000\$000 a pagar da data da escritura a um ano com juros de anual de 8%, com condições de venda ou falta de pagamento no prazo estipulado e perda da quantia dada a conta de pagamento em favor dos vendedores¹⁴⁸.

Além de terras, a Monte Alegre também possuía:

Cafezais de todas as idades, casa de morada de sobrado, ditas para colonos, maquinas a vapor para beneficiar café, engenho de serra vertical e dita francesa, engenho de cana com todos os pertences de serra e outros e mais benfeitorias existentes, sita nessa freguesia e terreno, confrontado com terras dos transmitentes do núcleo colonial, de Antonio José Rodrigues, de João Evangelista Terra, de Coriolano de Lima, de José Ferraz de carvalho, de Luiz Queiroz Terra, de João Franco Filho, de Agapito Julio Xavier, de João Procópio de Araújo Carvalho, de Joaquim Francisco Pinto da Silva, Vicente Correa de Camargo, Doutor Braz Barbosa da Silva e Octaviano de Mello Barreto, Luiz de Pádua Nogueira e José Garcia Duarte Sobrinho¹⁴⁹.

Após um mês da compra, Diederichsen se arrependeu do negócio e vendeu sua metade da fazenda para Schmidt pelo valor de 300:000\$000¹⁵⁰. A compra só foi possível por causa do financiamento da *Theodor Wille* que passara financiar a expansão das propriedades cafeeiras de Francisco Schmidt. A *Theodor Wille & Cia.*, que até 1870 dedicava-se primordialmente a

¹⁴⁸ Primeiro Cartório de Registros de Imóveis e Anexos de Ribeirão Preto. Livro: 1246- 3A, fls nº 58.

¹⁴⁹ Primeiro Cartório de Registros de Imóveis e Anexos de Ribeirão Preto. Livro: 1246- 3A, fls nº 58.

¹⁵⁰ Primeiro Cartório de Registros de Imóveis e Anexos de Ribeirão Preto. Livro: 1314- 3A, fls nº 126.

exportação de algodão e açúcar, passou a partir da parceira com Schmidt a se dedicar no café.¹⁵¹

Francisco Schmidt passou a residir na Fazenda Monte Alegre. Na sede da fazenda também foram instalados o escritório e a administração geral de todas as fazendas do Cel. Schmidt, um império econômico organizado como uma empresa - Cia. Agrícola Francisco Schmidt, que congregou 62 fazendas, localizadas em diversos municípios.

Schmidt empreendeu uma série de reformas na casa sede: acrescentou as varandas circundantes sustentadas por grossas colunas, promoveu a remodelação dos jardins, construiu as fontes e o Belvedere. Da varanda da casa eram avistados os cafeeiros, os terreiros de café e as tulhas. A sede da Monte Alegre foi residência de Francisco Schmidt até o ano de 1918.

No Primeiro Cartório de Imóveis e Anexos de Ribeirão Preto, encontramos o registro de algumas propriedades que foram adquiridas por Francisco Schmidt. No dia 12 de fevereiro de 1894 comprou da Fazenda “Lauriano”, com área de 50 alqueires de terra contendo cafezais, no Município de Ribeirão Preto. A transação foi realizada no valor de 120:000\$00¹⁵².

No dia 24 de março do mesmo ano Schmidt registrou a compra de duas fazendas: a “Santa Antônio da Boa Vista” e a “Ribeirão Preto”, ambas no município de Ribeirão Preto. A primeira com área de 07 alqueires e valor de 800\$000; já a segunda, com área de 35 alqueires, por 35:500\$000¹⁵³.

Em 12 de setembro de 1894 Francisco Schmidt adquiriu várias partes da fazenda “Posses do Sertãozinho”, no município de Sertãozinho, pelo valor de 62:000\$000¹⁵⁴.

Em 30 de janeiro de 1895, comprou uma casa, situada na Rua Florêncio de Abreu, em Ribeirão Preto e partes de terras da fazenda “Posses”, também no município de Ribeirão Preto, com 34.000 pés de cafés. O valor dessa transação foi de 23:000\$000¹⁵⁵.

¹⁵¹ FAUSTO, Boris, op. cit., p.211.

¹⁵² Primeiro Cartório de Registros de Imóveis e Anexos de Ribeirão Preto. Livro: 530- 3A, fls nº 17.

¹⁵³ Primeiro Cartório de Registros de Imóveis e Anexos de Ribeirão Preto. Livros: 565 – 3A, fls nº23; 565- 3A, fls nº23.

¹⁵⁴ Primeiro Cartório de Registros de Imóveis e Anexos de Ribeirão Preto. Livros: 731 – 3A, fls nº 56; 732- 3A, fls nº 57; 740- 3A, fls nº 58.

¹⁵⁵ Primeiro Cartório de Registros de Imóveis e Anexos de Ribeirão Preto. Livro: 879- 3A, fls nº 90.

Ainda no mesmo ano, no dia 11 de maio, Francisco Schmidt comprou a fazenda do “Rageadinho”, lugar denominado ‘Olhos d’água’, no município de Ribeirão Preto, pelo valor de 200:000\$000¹⁵⁶. No dia 01 de junho, comprou 80 alqueires de terras da fazenda do “Lauriani”, também no município de Ribeirão Preto, pelo valor de 80:000\$000.

No dia 06 de agosto de 1895, Francisco Schmidt comprou mais duas fazendas: “Laruiano” e “Ribeirão Preto”, a primeira com 10 alqueires de terra, e na segunda 15 alqueires de terra, pagando o valor de 25:000\$000¹⁵⁷.

Em 1899, Francisco Schmidt já possuía 12 fazendas de café em Ribeirão Preto, como mostra a Tabela 9. Suas fazendas possuíam um tamanho médio de 284.493 pés. A maior dentre suas fazendas foi Iracema, seja em extensão como em número de pés de café.

TABELA 9

As Fazendas de Francisco Schmidt (Ribeirão Preto, 1899)

Fazenda	Número de alqueires	Pés de café	Média por alqueire
Monte Alegre	398	492.021	1.236,2
Conquista	288	360.000	1.250,0
Pau D’Alho	238	391.400	1.644,5
Iracema	633	507.030	801,0
Vista Alegre	127	181.145	1.426,3
Santa Gertrudes	112	130.860	1.168,4
Santa Luzia	323	327.168	1.012,9
Monte Vistoso	99	135.665	1.370,4
São José	330	383.000	1.160,6
Recreio	81	110.621	1.365,7
São Felix	111	152.000	1.369,4
Macahuba	195	243.000	1.246,2
Total	2.935	3.413.910	1.163,2
Média por fazendas	2.44,6	284.493	1.254,3

¹⁵⁶ Primeiro Cartório de Registros de Imóveis e Anexos de Ribeirão Preto. Livro: 1012 – 3A, fls nº 116.

¹⁵⁷ Primeiro Cartório de Registros de Imóveis e Anexos de Ribeirão Preto. Livro: 1093- 3A, fls nº 137.

Fonte: MORAES, Maria Luiza de Paiva. **Companhia Agrícola Francisco Schmidt: origem, formação e desintegração (1890-1924)**. 1980, p.70

A grande concentração fundiária e econômica fortalecia o poder dos cafeicultores na política local, dominada predominantemente, desde o final do século XIX, por dois homens: Coronel Francisco Schmidt, que deteve a maior área produtora de café do Brasil e Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, que dominou a situação política em Ribeirão Preto durante os anos de 1920, controlando os representantes políticos locais, como o prefeito, os vereadores e os juizes.¹⁵⁸

A importância e relevância desses cafeicultores se deu de tal forma que temos as ferrovias cortando suas fazendas, para poder levar o café até o Porto de Santos, como temos o caso do ramal de Sertãozinho, que foi aberto em 11 de agosto de 1899, ligando a estação de Barracão, em Ribeirão Preto no tronco da Mogiana à cidade de Sertãozinho. Sete anos depois, em 1906, o ramal foi prolongado até a fazenda do Coronel Francisco Schmidt, em Vassoural, onde ficava a usina do mesmo.¹⁵⁹

¹⁵⁸ Cf. **Filhos do Café**. Curadoria Histórica do Museu do Café - Ribeirão Preto, Fundação Instituto do Livro, 2010. p.39-40.

¹⁵⁹ Em 25 de novembro de 1906, foi concluído o trecho que iria até Vassoural, onde estava a usina de Francisco Schmidt e onde foi inaugurada uma estação de mesmo nome. Em 1914, o ramal foi prolongado até a estação de Pontal, da Companhia Paulista, onde se interligaria com as suas linhas. Em 1964, o ramal passou a sair da estação de Ribeirão Preto-nova, e Barracão passou a integrar o próprio ramal. Em 1970, a Mogiana assumiu o tráfego do trecho unido ao da Paulista, Pontal-Passagem, e em 1971, com a criação da Fepasa, o acordo perdeu a razão de ser. Até 1976, correram trens de passageiros no trecho, quando foram suprimidos. Hoje o ramal está abandonado, com promessas de reativação nunca cumpridas pela atual concessionária do trecho, a Ferroban.

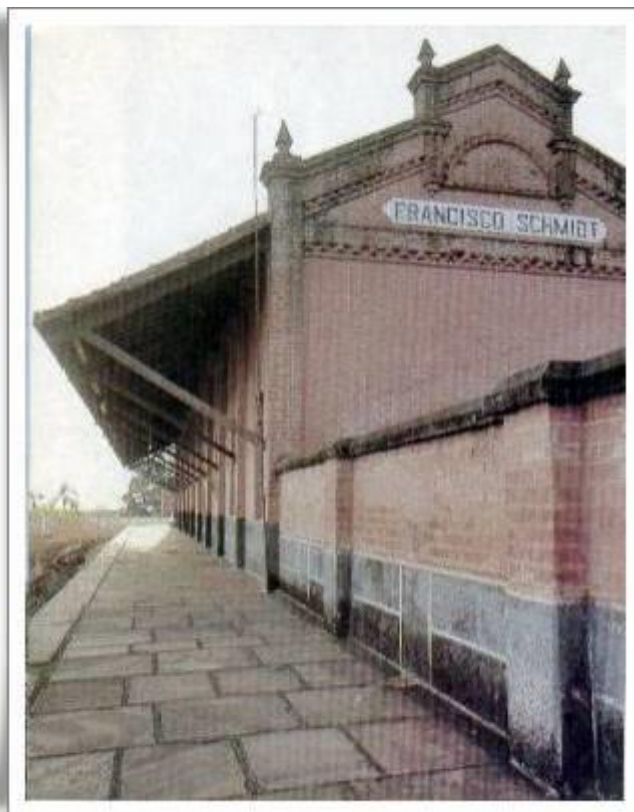


Imagem 4. Estação Francisco Schmidt - 1996¹⁶⁰

Portanto, do contrato firmado¹⁶¹ entre a Companhia Mogiana e o coronel Francisco Schmidt, o 'Rei do Café', visou a construção de um desvio, que levaria o nome do coronel, e que se ligaria a usina de açúcar do mesmo em Vassoural.

Francisco Schmidt, em 1906 obteve uma produção de 300 mil sacas de café. Em 1912 chegou a possuir o maior cafezal do Brasil com 7.885.154 pés, contando com milhares de trabalhadores dentro das suas dezenas de propriedades administradas a partir da Fazenda Monte Alegre.

¹⁶⁰ Foto da revista Fazendas Nº.1 - Município de Pontal, SP - Ramal de Sertãozinho - km 33,138 - SP-0837. Inauguração: 25.11.1906 - Uso atual: Moradia - Com Trilhos - Data de construção do prédio atual: 1907. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/f/franschmidt.htm>> Acessado em 17 fev 2017.

¹⁶¹ Em 01 de outubro de 1906, a Mogiana lavrou um contrato com o coronel Francisco Schmidt, o Rei do Café, para a construção de um desvio para a sua usina de açúcar, com um custo de Rs. 12:000\$000. Com isso, menos de dois meses depois, foi entregue o trecho até Vassoural, onde estava a usina, onde foi inaugurada uma estação com o seu nome. Porém, a entrega definitiva das obras deu-se somente em 31 março de 1907, tendo sido construído nesse período o abrigo do material rodante, casas para o pessoal e o desvio para a usina. Francisco Schmidt, que emprestou o nome à estação, era um dos maiores fazendeiros de café no Brasil no período. Acessado em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/f/franschmidt.htm>> Acessado em: 17 de fev de 2017.

Após o destaque regional, novamente temos destaque para a produção cafeeira do ‘Rei do Café’, mas agora no jornal O Estado de São Paulo, baseado nos dados estatísticos agrícolas de 1904 - 1905, o Coronel Francisco Schmidt figurou em primeiro lugar entre os lavradores de café do Estado de São Paulo do período analisado, conforme pode ser observado na Tabela 10 (utilizaremos como amostragem só os dez primeiros produtores).¹⁶²

TABELA 10
Relação dos maiores lavradores de Café de Estado de São Paulo,
conforme a estatística de 1904 - 1905

Lavrador	Municípios	Número de cafeeiros	Produção (arroba)
Coronel Francisco Schmidt	Rib. Preto, Sertãozinho, etc.	6.075.500	405.700
Cia. Agrícola Fazenda Dumont	Rib. Preto, Sertãozinho, etc	3.999.990	310.680
Dr. Martinho de Prado Junior (herdeiros de)	Ribeirão Preto	2.112.700	160.000
São Paulo Coffe Cia.	São Simão	2.000.000	100.000
Cia. Agrícola Ribeirão Preto	Cravinhos	1.800.000	93.000
Dr. Henrique Dumont	São Simão	1.500.000	100.000
D. Veridiana Prado & Filhos	Sertãozinho	1.268.600	190.000
Cia. União Santa Clara	São Simão	1.000.000	60.000
Ellis de Netto	São Carlos	1.000.000	45.000
D. Francisca Silveira do Val	Ribeirão Preto	977.000	60.000

Acervo do Jornal O Estado de São Paulo. A terra do café: fazendas, colonos e camaradas. 21/06/1909, página 3.

Ainda na matéria *A terra do café: fazendas, colonos e camaradas*, do jornal O Estado de São Paulo, do ano de 1909, conferiu-se destaque para a produção por pés de café do coronel Schmidt:

¹⁶² BELLI, B. *A terra do café: fazendas, colonos e camaradas*. Acervo do Jornal **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 21 jun 1909, página 3.

Há também fazendeiros que têm varias fazendas, como o coronel Francisco Schmidt, que é considerado o 'Rei do café', possuindo varias fazendas situadas nos municípios de Ribeirão Preto, Sertãozinho, Franca, Igarapava, Nuporanga, São Simão, Campinas e Araraquara, compreendendo, em conjunto, uma área de 25.000 hectares de terra e 6 milhões de cafeeiros e uma população agrícola de cerca de 5.000 pessoas¹⁶³.

E ainda ressaltou-se a maior colheita de café nas propriedades do coronel Schmidt:

A maior colheita de café feita em suas propriedades pelo coronel Schmidt foi de 230.000 sacas, em 1906, dispendendo, só no transporte ferroviário, até o porto de Santos, a quantia de cerca de 1.000:000\$000 de réis¹⁶⁴.

E por fim, em *A terra do café: fazendas, colonos e camaradas*, apresentou a média da produção nas propriedades do coronel Francisco Schmidt, sendo ela:

A média da produção (...) é de 100.000 sacas de café, tendo ainda uma produção de 10.000 sacas de assucar e uma criação de duas mil cabeças de gado¹⁶⁵.

No ano seguinte, em 1910, na matéria *Gazeta de Notícias*, na primeira página do jornal **O Estado de São Paulo**, o assunto foi a utilização da mão de obra imigrante por parte dos cafeicultores do estado de São Paulo, focando-se no caso do Senador Vergueiro. Nessa mesma matéria é lembrado o caso de um imigrante que ao chegar no Brasil trabalhou para um fazendeiro de café, aprendeu sobre a cultura dos cafezais, como administrar e produzir o grão. Posteriormente esse imigrante começou formar sua própria fazenda e plantar seus pés de café, obtendo tamanho êxito, tornando-se um dos 'Reis do Café'. Temos a descrição da figura de Francisco Schmidt, o que só confirmou que o sucesso era possível aos imigrantes, e para isso o jornal utilizou a trajetória de Schmidt, um imigrante que naquele momento, começo do século XX se

¹⁶³ BELLI, B. A terra do café: fazendas, colonos e camaradas. Acervo do Jornal **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 21 Junho 1909, página 3.

¹⁶⁴ BELLI, B. A terra do café: fazendas, colonos e camaradas. Acervo do Jornal **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 21 Junho 1909, página 3.

¹⁶⁵ BELLI, B. A terra do café: fazendas, colonos e camaradas. Acervo do Jornal **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 21 Junho 1909, página 3.

destacava como grande produtor, regional e nacional, de café e possuía uma vasta quantidade de fazendas:

o actual Rei do Café, o Sr. Coronel Francisco Schmidt, possuído de cerca de cem fazendas no Estado de S. Paulo, aos 15 annos foi um dos imigrantes das primeiras levas que chegaram àquelle Estado, a tentar fortuna.¹⁶⁶

Na década de 1910, existiam na Monte Alegre cerca de 1 milhão de cafeeiros da variedade *Bourbon*, que produziam 200 mil arrobas de café por ano. Para o beneficiamento do café existiam 22 máquinas de fabricação inglesa. A secagem dos grãos era realizada em terreiros ladrilhados com uma área de 225 mil metros quadrados. Além do café, a Monte Alegre possuía lavoura de cana de açúcar e dois engenhos; uma área de matas e outra de pastagens; cerca de 1.055 cavalos, 3.176 cabeças de gado e 525 carneiros.

Portanto, quando pensamos no modo como Francisco Schmidt começou formar seu império fica claro a importância que suas atividades de compra e venda de propriedade tiveram, ao permitir que este começasse aumentar seu capital e aproveitasse a expansão rumo ao Oeste Paulista, isso ainda no final do século XIX, uma vez que

Adquiria propriedades agrícolas e revendia-as com grande lucro, aproveitando dessa forma a alta manifestada naquela época, no mercado do café, e a consequente procura febril de fazendas nas ubérrimas terras do Oeste de São Paulo.¹⁶⁷

Entre os anos de 1890 até 1914 todos os negócios de Francisco Schmidt foram realizados com financiamentos da *Theodor Wille. & Co.* A disponibilidade de crédito firmada por essa parceria, representou sem dúvidas, o fator determinante para o seu sucesso econômico.

(...) a Theodor Wille & Co. era a maior firma estrangeira radicada no Brasil envolvida no comércio de exportação de café, desde 1870. O seu objetivo ao financiar a compra de fazendas à Francisco Schmidt, relacionava-se com o interesse em expandir a produção cafeeira de seu cliente, garantindo desse modo um fornecedor seguro do produto

¹⁶⁶ Jornais: Gazeta de Notícias. Acervo do Jornal **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 10 Junho 1910, página 1.

¹⁶⁷ MORAES, Maria Luiza de Paiva. **Companhia Agrícola Francisco Schmidt: origem, formação e desintegração (1890-1924)**. 1980. p.64.

para os seus negócios de exportação. Portanto, as relações comerciais entre Theodor Wille e Francisco Schmidt assentavam-se num interesse mútuo, envolvendo a expansão da cultura cafeeira e a comercialização do café.¹⁶⁸

Assim, Francisco Schmidt soube aproveitar todas as oportunidades que surgiram no setor de negócios, comprou fazendas, ampliou seus cafezais, instalou engenhos de açúcar, desenvolveu pecuária, investiu em imóveis e também atuou no setor financeiro. “Seu quadro de funcionários chegou a cerca de 20.000 pessoas.”¹⁶⁹ E suas propriedades agrícolas no auge somavam 520.000 alqueires, visto que havia se tornado o maior produtor de café do Brasil, conquistando o título de terceiro ‘Rei do Café’, e conseguisse vantagens, como o fato de ter um ramal da Mogiana passando por suas terras.

¹⁶⁸ MORAES, Maria Luiza de Paiva. op. cit. p.128.

¹⁶⁹ OLIVEIRA, Jorge Henrique Caldeira de; MARCONDES, Renato Leite. **Negociantes de imóveis durante a expansão cafeeira em Ribeirão Preto (1874 - 1899)**. 2003. p. 128.

CAPÍTULO 3

MORTE DO CORONEL FRANCISCO SCHMIDT: O FIM DO REINADO DO ‘REI DO CAFÉ’

Neste terceiro capítulo mostrou-se o momento de criação da Companhia Agrícola Francisco Schmidt e a sua desintegração, bem como, o processo de “troca” na administração da mesma devido ao falecimento do Coronel Schmidt. Temos a partilha dos bens entre seus herdeiros a partir do inventário lavrado na ocasião. Assim, um panorama da fortuna que foi acumulada pelo Coronel.

3.1 ASCENSÃO E DESINTEGRAÇÃO DA COMPANHIA AGRÍCOLA FRANCISCO SCHMIDT:

Por escriptura publica, lavrada nas notas do tabellião Firmo, foi constituída a sociedade anonyma ‘Companhia Agrícola Francisco Schmidt’, cujo fim é explorar a produção agrícola em todas as suas fôrmas, principalmente a lavoura cafeeira.

O incorporador da nova empresa, que é uma das mais importantes do paiz, é o coronel Francisco Schmidt, de Ribeirão Preto.

A companhia, cujo capital é de quinze mil contos de réis, tem sua sede nesta cidade e explorará desde já 52 fazendas neste Estado, representando uma área total de cerca de 27.000 alqueires de terras, com 13.000.000, aproximadamente de cafeeiros.¹⁷⁰

A Companhia Agrícola Francisco Schmidt começou operar em 1918¹⁷¹ e era constituída por todo o patrimônio do Coronel Francisco Schmidt, ela se desfez em 1924, no ano da morte do mesmo, assim operou somente por seis anos.

Um ponto importante sobre o ano de criação da Companhia Agrícola foi que ela surgiu em uma época de crises para a produção cafeeira, ano da grande geada em 1918, que prejudicou os cafeeiros em São Paulo; aliada à Primeira Guerra Mundial, que gerou uma redução das exportações de café.

¹⁷⁰ Medeiros e Albuquerque. *Notas de Paz e Guerra*. Acervo **Jornal do Estado de São Paulo**. São Paulo, 04 de Novembro de 1917, página 4.

¹⁷¹ *Companhia Agrícola Francisco Schmidt*. Acervo do **Jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo, 08 Maio 1919, página 8.

Segundo matéria do **Jornal O Estado de São Paulo**, a data de criação da Companhia Agrícola é 18 de Outubro de 1917, mas suas operações só começam a partir de 1º de Janeiro de 1918.

Mas o principal objetivo da organização da Companhia Agrícola Francisco Schmidt era o de impedir a fragmentação do “império” do Coronel Schmidt, por causa da morte de sua esposa D. Albertina no ano de 1917.

Outro fator interessante sobre o desenvolvimento e crescimento da recente Companhia Agrícola são os anos de ampliação de seu patrimônio, ou seja, entre 1918 à 1920, anos que para a maioria dos cafeicultores foram momentos de crise, para a recente Companhia de Francisco Schmidt representou um momento de expansão, sendo 1920 o ano de seu auge.

Esta ampliação se efetiva, paradoxalmente, nos anos de crise da cafeicultura. Este fato, entretanto, pode ser entendido se considerarmos que muitos fazendeiros que haviam perdido seus cafezais com a geada de 1918, não tiveram condições de refazê-los; endividados tiveram que vender parte de suas terras. Outro dado importante é que, terminada a Primeira Guerra Mundial a firma Theodor Wille voltou a financiar os negócios de Francisco Schmidt. A Cia. Agrícola adquiriu nestes anos, inúmeras fazendas de café, cujos proprietários não tinham meios para conservá-las. Entre 1918 e 1920, a Cia. Agrícola Francisco Schmidt adquiriu 50.559,5 alqueires de terras, no valor de Rs. 2.023:747 \$000.¹⁷² O aumento do número de cafeeiros, adquiridos no mesmo período, correspondeu a 808.732 pés, avaliados em Rs. 1.084:197\$000. Numa época em que a economia cafeeira e a acumulação de capital dela resultante, se apoiava no desenvolvimento extensivo da produção, a Cia. Agrícola Francisco Schmidt pode dispor de capitais suficientes, financiados pela firma Theodor Wille & Co.¹⁷³

No início do século XX, a privilegiada região de Ribeirão Preto atraiu um grande número de homens em busca de empreendimentos, riquezas e oportunidades, o que permitiu à cidade se desenvolver e impulsionar um circuito de negócios voltado ao atendimento das crescentes demandas, e interesses dos principais fazendeiros de café, os coronéis Francisco Schmidt e Joaquim da Cunha Diniz Junqueira.

A Companhia Agrícola do Coronel Francisco Schmidt conseguiu se situar em uma camada superior na proeminente burguesia cafeeira paulista, em uma camada de produção e comercialização desse café.

Nos momentos de crise, era essa camada superior da burguesia cafeeira que influía nas decisões [de rumo da política cafeeira, seja

¹⁷² Para se ter uma ideia desse acréscimo de alqueires entre os anos de 1918 – 1920 consultar o ANEXO III.

¹⁷³ MORAES, Maria Luiza de Paiva. **Companhia Agrícola Francisco Schmidt: origem, formação e desintegração (1890-1924)**. 1980. p.116.

do Estado de São Paulo, como no Brasil, e comandava] (...)os planos de valorização, [que foram] postos em prática pelo governo, [e que] permitiram a continuação da rentabilidade do setor cafeeiro, apesar da superprodução.¹⁷⁴

No ano de sua criação, em 1918, a Companhia Agrícola Francisco Schmidt era composta por 27.132 alqueires de terras, que estavam avaliados em Rs. 4.730:250 \$000. Posteriormente, foram adquiridos mais 50.559,5 alqueires de terra, por Rs. 2.023:747 \$000, totalizando assim 77.691,5 alqueires no valor de Rs. 6.753:997 \$000.¹⁷⁵

No período de 1918 à 1920 vemos um aumento do patrimônio de terras e cafeeiros da Companhia Agrícola Francisco Schmidt, mesmo com a geada de 1918 manteve-se esse crescimento. Mas isso só foi alcançado devido às medidas tomadas pela diretoria da companhia, dentre estas podemos destacar:

(...) o corte severo de todas as despesas adiáveis, e a criação de novas fontes de receitas, pelo desenvolvimento maior de outras culturas da Companhia.
Foi o que se fez, aumentando a plantação e exploração da cana de assucar do algodão, do gado.¹⁷⁶

Ainda analisando o posicionamento da diretoria da Companhia no ano 1918, temos a indicação que esta soube aproveitar o momento de alta dos preços do café, causado pela geada e pelo fim da Primeira Guerra Mundial, conseguindo, assim uma resposta positiva do mercado, e "(...) operou sobre compras reais de café; e essas operações foram bem sucedidas; (...) pois não só atendeu ao custelo do exercício, mas ainda apurou lucro significativo(...)."177

Para mostrar a relevância do grupo econômico liderado por Francisco Schmidt na produção cafeeira, não somente no quadro de produção de Ribeirão Preto, mas dentro do Estado de São Paulo como um todo, podemos analisar as estatísticas dos cafeeiros em 1920, nesse período o Estado de São Paulo possuía 826.644.755 cafeeiros, e a Companhia Agrícola Francisco

¹⁷⁴ MORAES, Maria Luiza de Paiva. **Companhia Agrícola Francisco Schmidt: origem, formação e desintegração (1890-1924)**. 1980. p.117.

¹⁷⁵ Conferir aquisições no ano de criação da Companhia Agrícola no Anexo III.

¹⁷⁶ Dados retirados do **Relatório da Diretoria da Companhia Agrícola Francisco Schmidt** referente ao ano de 1918, publicado no *Jornal Estado de São Paulo*, Edição de 08 de Maio de 1919. Página 8.

¹⁷⁷ Cf. **Relatório da Diretoria da Companhia Agrícola Francisco Schmidt** referente ao ano de 1918, publicado no *Jornal Estado de São Paulo*, Edição de 08 de Maio de 1919. Página 8.

Schmidt, possuía 14.593.975, ou seja, correspondia a 1,7% dos cafeeiros de todo o Estado. Quando restringimos os números para os cafeeiros produzindo no município de Ribeirão Preto, temos um total de 31.394.365 cafeeiros. A Companhia Agrícola possuía 11.322.094 cafeeiros produzindo, e cerca de 4.500.00 pés localizados no município de Ribeirão Preto, portanto, 14,3% dos cafeeiros do município pertenciam à Cia. Agrícola Francisco Schmidt.¹⁷⁸

Nos anos seguintes à grande geada, em 1921 e 1922, notou-se uma fase de estabilidade, não ocorrendo alterações significativas no patrimônio da companhia. Já em 1923, esse cenário se alterou e começaram a surgir dificuldades, os primeiros sinais de enfraquecimento da Cia. Agrícola, que aconteceram simultaneamente ao adoecimento do Coronel Francisco Schmidt.

Mas não podemos esquecer que no momento em que temos um enfraquecimento da Cia Agrícola também estamos passando por alterações no mercado de café. A então hegemonia da burguesia cafeeira começava dar sinais de sua crise, principalmente após a terceira operação de valorização do café¹⁷⁹ em 1921. Com isso, as emissões do governo federal acarretavam em inflação e aumentavam o custo de vida, “(...) os altos preços do café garantiam boa margem de lucros, mas apenas uma parte da produção era exportada, enquanto os estoques se acumulavam de ano para ano.”¹⁸⁰

Paralelamente à criação do imenso patrimônio do Cel. Schmidt, tínhamos a expansão cafeeira na região de Ribeirão Preto. “Os produtores de maior expressão eram proprietários de imensas glebas, possuíam extensos cafezais e empregavam milhares de colonos.”¹⁸¹

Nos anos de 1921 e 1922, a Companhia Agrícola Francisco Schmidt passou por um momento de estabilização, não tendo aumento no número de suas propriedades, já no ano seguinte, começaram surgir as primeiras dificuldades

¹⁷⁸ Cf. MORAES, Maria Luiza de Paiva. **Companhia Agrícola Francisco Schmidt: origem, formação e desintegração (1890-1924)**. 1980. p.82.

¹⁷⁹ A terceira valorização ocorreu entre 1921 e 1923, conseguiu aumentar as exportações e a capacidade de importar, principalmente maquinários. Dessa forma, no final de 1921, o Estado de São Paulo passou a responsabilizar-se pela defesa permanente do café e manteve essa política até a crise do final da década de 20.

¹⁸⁰ MORAES, Maria Luiza de Paiva. op. cit. 1980. p.120.

¹⁸¹ LOPES, Luciana Suarez. **Sob Os Olhos De São Sebastião: a cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto, 1849 – 1900**. 2005. p.89.

No lançamento de impostos sobre cafeeiros, correspondente ao ano de 1923, encontramos registrada a transferência de 500.000 pés de café, da fazenda Monte Alegre e outras, a diversos. Neste mesmo ano, o Engenho Central, instalado em 1906, em Pontal, foi vendido a Francisco Matarazzo Jr. Em 1924, o número de pés de café da fazenda Monte Alegre e outras, baixou para 3.300.000, revelando a venda de mais 7000.000 cafeeiros.¹⁸²

Portanto, a partir de 1923, temos os primeiros sinais de enfraquecimento da Cia. Agrícola, isso no mesmo momento em que o Coronel Schmidt ficou doente e começou se ausentar do comando da Companhia, assim, por mais que

(...)os altos preços do café garantiam boa margem de lucros, apenas uma parte da produção era exportada, enquanto os estoques se acumulavam de ano para ano. (...) As dificuldades do mercado cafeeiro aliados à ausência de um líder na direção da grande empresa, refletiram negativamente nos negócios da Cia. Agrícola.¹⁸³

Coincidentemente, os anos que marcaram a morte do Cel. Schmidt¹⁸⁴ e a desintegração da Cia. Agrícola¹⁸⁵, também sinalizaram os primeiros anos de crise na região, que havia liderado a produção paulista de café.

Já durante a crise de 1929, os mecanismos de defesa do café, que até então funcionaram bem, mostraram sinais de fraqueza, deixando o governo impotente diante da crise mundial, e os cafeicultores frustrados.

A política de acumulação de estoques de café caracterizava uma situação de desequilíbrio estrutural entre a oferta e a procura. O excedente de café estocado não tinha possibilidade de ser vendido num prazo razoável. A política econômica do governo federal, ao se decidir pela compra do café, atuou no sentido de contornar a situação. Com a crise de 29, a lavoura cafeeira entrou em colapso e os fazendeiros não puderam mais cumprir seus compromissos. (...) Todos os setores da produção foram atingidos pela crise de 29, e com a política da compra de café pelo governo (...).¹⁸⁶

¹⁸² MORAES, Maria Luiza de Paiva. **Companhia Agrícola Francisco Schmidt: origem, formação e desintegração (1890-1924)**. 1980. p.119.

¹⁸³ MORAES, Maria Luiza de Paiva. op. cit. p.120.

¹⁸⁴ Francisco Schmidt: falecimento em 18 de maio de 1924, na cidade de São Paulo. Com a morte do coronel Schmidt tem início o processo de desintegração da Cia. Agrícola.

¹⁸⁵ Dissolvido a Companhia Agrícola Francisco Schmidt em meados de 1925.

¹⁸⁶ MORAES, Maria Luiza de Paiva. op. cit. p.124.

Com a crise de 1929, ocorreu uma redução ainda maior do patrimônio deixado pelo Cel. Schmidt, isso porque com a sua morte em 1924, a então parceira *Theodor Wille & Cia.* exigiu a liquidação das contas que haviam sido contraídas no período em que o Coronel ainda era vivo, restando aos herdeiros do mesmo a venda de parte das propriedades para poder honrar com os compromissos da Cia. Agrícola, fragmentando o que restava do império que foi criado por Francisco Schmidt ao longo de trinta e quatro anos (1890 – 1924), tendo como marco inicial a compra da Fazenda Monte Alegre, e findando com o falecimento de um dos maiores cafeicultores do Estado de São Paulo.¹⁸⁷ Assim, diante da crise mundial de 1929 e com a liquidação de dívidas, o patrimônio que outrora foi acumulado por Francisco Schmidt foi sendo gradualmente desfeito.¹⁸⁸

3.2. FIM DO REINADO DO CORONEL FRANCISCO SCHMIDT

Causou grande consternação nesta cidade a notícia do falecimento do sr. Coronel Francisco Schmidt, ocorrido nesta capital. Em signal de pesar, a Camara Municipal, o Club Literário e a redação da 'A Gazeta', hastearam o pavilhão nacional em funera. O sr. Manuel Jotta, prefeito municipal, telegrafou a exma. Família do extinto, apresentando-lhe pêsames em nome desse município.¹⁸⁹

Com a morte do 'Rei do Café', temos a partilha de forma amigável dos bens de seu legado entre os oito herdeiros de Francisco Schmidt, que são eles: Dona Gertrudes Schmidt Whitaker, Dona Anna Schimdt Ferreira Ramis, Guilherme Schmidt, Ernesto Schmidt, Arthur Schmidt, Jacob Schmidt, Dona Magdalena Schmidt Villares, Dona Albina Schmidt Whately; todos maiores de idade.

O valor liquido partilhado no inventário do Coronel Schmidt foi igualmente dividido entre seus oitos filhos, já que o Coronel era viúvo nesse período, portanto, cada um dos herdeiros recebeu a quantia de Rs. **2.272: 322 \$ 277**¹⁹⁰.

¹⁸⁷ Cf. MORAES, Maria Luiza de Paiva. **Companhia Agrícola Francisco Schmidt: origem, formação e desintegração (1890-1924)**. 1980. p.121.

¹⁸⁸ Cf. MORAES, Maria Luiza de Paiva. op. cit. p.123-125.

¹⁸⁹ **Notícias do Interior**. Acervo **Jornal do Estado de São Paulo**. São Paulo, 29 de Maio de 1924, página 2.

¹⁹⁰ Dados da partilha: conferir Anexo V.

É bom lembrar que a herança dividida não era formada unicamente por propriedades, mas também por imóveis, cafeeiros, veículos, sacas de cafés e ações - tudo isso resultado das atividades que foram desenvolvidas por Francisco Schmidt em vida, uma vez que este diversificou sua atuação em distintas atividades, desde a agricultura até na compra de imóveis. Portanto, além de contar com a produção cafeeira, Schmidt gradativamente ingressou na área da comercialização da produção de açúcar, da pecuária e envolvendo-se em negócios na Bolsa de Café. Essa diversificação de suas atividades também contribuiu para o fortalecimento de seu império e, mais tarde, de sua Companhia Agrícola.

Ao contrário da maioria dos imigrantes, Francisco Schmidt comprava terras não pensando em se fixar nelas, mas sim em lucrar com estas, para ele a expansão da fronteira agrícola pelo Oeste Paulista representou a possibilidade de vender propriedades e conseguir mais capital, o qual era reinvestido na compra de novas terras. A expansão do crédito para a cafeicultura, que se desenvolvia em grande parte do território paulista, incentivou as atividades imobiliárias e a sua especulação. Como a procura de terras no 'Oeste Paulista' era muito grande, Francisco Schmidt aproveitou-se dessas condições especulando no mercado fundiário, o que fica claro quando analisado os dados da Tabela 11, onde temos quais foram os principais negociantes de 'compra e venda' de Ribeirão Preto.

TABELA 11

Dez maiores negociantes por Somatório de Compras e Vendas em Ribeirão Preto (1889-1930)

NEGOCIANTE	SALDO
Francisco Schmidt	3.233:674\$975
Arthur de Aguiar Diederichsen	1.222:612\$357
Iria Alves	734:054\$000
João Franco de Moraes Octávio	617:182\$987
Domiciano Leite de Assis	526:334\$466
Antônio Silvério de Alvarenga	483:029\$577
Antonio Barboza Ferraz Júnior	477:066\$248
Joaquim Ignácio da Costa	416:663\$826
Francisca Silveira do Val	377:641\$184
Fernando Ferreira Leite	366:148\$346

Fonte: OLIVEIRA, J. H. C. **Ribeirão Preto na República Velha: economia e riqueza através das transações imobiliárias.** Tese de Doutorado em História. FHDSS, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006, p.201.

Assim, no período entre 1889 e 1930, o personagem que conseguiu maior lucro através das transações de imóveis, com a compra e venda, foi Francisco Schmidt acumulando Rs. 3.233:674\$975.

Portanto, podemos concluir que dois dos pontos fundamentais para o sucesso de Schmidt foram: primeiramente, Francisco Schmidt, o 'Rei do Café', assim como seus herdeiros, podem ser inseridos em um pequeno grupo de ricos cafeicultores, que possuíam uma posição de destaque dentro da sociedade daquele período; o segundo ponto é quanto à riqueza acumulada pelo Coronel Schmidt e os seus, não tendo como desconsiderar o fator empreendedor do Coronel, o qual soube os momentos propícios do mercado para aumentar seu patrimônio e realizar suas transações de café, isso é claro, aliado ao financiamento da *Theodor Wille & Cia.*, permitindo ao ex-colono ter meios para crescer durante crises do café, incluindo os períodos de forte geada.

Após o falecimento do Coronel Schmidt, em 1924, a fazenda Monte Alegre foi herdada por seu filho Jacob Schmidt. A partir de então, ela entrou num processo de decadência e fragmentação, sendo vendida a Thomaz Whately – cunhado de Jacob Schmidt, que logo em seguida vendeu a Monte Alegre para João Marchesi.

Posteriormente, o Almanaque de Ribeirão Preto do ano de 1927¹⁹¹ destacou uma notícia sobre um fazendeiro, que foi intitulada 'O Rei do Café'. Nela conta-se a história do imigrante alemão, que chegou como um simples colono e com seu trabalho conquistou todo um patrimônio. Foram apresentadas algumas informações sobre a composição patrimonial das fazendas Schmidt, possuindo em 1926, uma área de 3.960 alqueires de terras; 4.496.681 mil pés; safra de 416.500 arrobas de café; 32 alqueires onde se cultivava cana; 6.100 cabeças de gado bovino, cavalos, muias.

¹⁹¹ Cf. REGISTRO, Tania. **Francisco Schmidt.** APHRP, 2009.

Em 1942, o Governo Estadual desapropriou a Fazenda Monte Alegre para a instalação da Escola Prática de Agricultura “Getúlio Vargas”. A casa sede foi utilizada como administração da escola e como sala de aula.

Após a desativação da Escola Agrícola, em 1950, o Governo do Estado emprestou à Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto a casa sede, com o objetivo de instalar o Museu Municipal. Em 1952, as terras da Fazenda Monte Alegre foram doadas à Universidade de São Paulo – USP, para a instalação da Faculdade de Medicina e, em 1957, uma área de aproximadamente 17.000 metros quadrados, correspondente à casa sede, construções anexas e cercanias, foram doadas ao Município de Ribeirão Preto, para abrigar, de forma definitiva, os Museus Municipal e do Café.



Imagem 5. Prédios do Museu do Café Francisco Schmidt¹⁹²

¹⁹² Vista dos prédios do Museu Histórico Municipal, à esquerda e do Museu do Café Francisco Schmidt, no fundo. Data aproximada: 1960. Fotógrafo: Foto Miyasaka (APHRP, F806).

Considerações finais

Quando falamos da produção cafeeira do final do século XIX, até o século XX, logo pensamos no Oeste Paulista, mais especificamente na região da Mogiana. Afinal, essa área despontou no cenário nacional como um grande centro produtor de café, abrigando alguns dos maiores produtores de café do Brasil, caso esse em que se enquadra nosso personagem, Francisco Schmidt.

Essa dissertação buscou analisar um caso específico, o de Francisco Schmidt, um simples imigrante alemão que iniciou sua vida no Brasil como colono em uma grande fazenda de café. Mas que aos poucos pôde acumular capital devido ao processo de compra e venda de terras, iniciando assim sua propriedade com cafeeiros.

Foi no meio desse processo que vemos a criação de uma parceria inusitada: de um lado uma firma alemã *Theodor Wille & Cia.*, do outro um cafeicultor, Francisco Schmidt, e como esse capital estrangeiro permitiu que esse personagem se consolidasse no cenário nacional da produção de café.

Esse apoio financeiro propiciado pela parceria com a *Theodor Wille & Co.*, para a compra de suas propriedades de café, bem como na diversificação de suas atividades, fez com que o Coronel Francisco Schmidt encontrasse os elementos chaves para seu êxito.

No capítulo um, apresentamos um quadro geral da imigração europeia para o Brasil, ao mesmo tempo que demos destaque à imigração alemã, apontando quando essa se iniciou e suas fases. Dentro disso, mostramos o momento de chegada de Francisco Schmidt e sua família, em 1858, e o percurso dele até começar a compra de suas primeiras fazendas. Desse modo, justificamos parte do nosso recorte, afinal, a pesquisa optou por se iniciar em 1890, momento em que Francisco Schmidt adquiriu sua primeira propriedade de expressão, a Fazenda Monte Alegre.

Já no segundo capítulo, trabalhamos a questão da expansão do café e como ele se deu dentro de São Paulo, e no nosso caso, no Oeste Paulista, onde cafeicultura e implantação do transporte ferroviário ocorreram lado a lado, damos um destaque para o caso da Mogiana, que passou na região de Ribeirão Preto. Não tem como pensarmos na expansão cafeeira separada da

ferrovia, uma vez que a multiplicação da segunda facilitou o transporte do café e permitiu que as áreas de café continuassem sua expansão rumo ao interior dos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Também mostramos a fase de expansão das propriedades do nosso personagem, como Francisco Schmidt aproveitou a parceria e o capital da firma alemã, *Theodor Wille & Cia.*, conseguindo assim, expandir suas terras e cafezais durante a política de valorização do café, tornando-se assim o maior produtor de café do período, e sendo coroado como o terceiro 'Rei do Café'.

No capítulo três, abordamos a consolidação do poder econômico e político do Coronel Schmidt. Em 1918, temos a criação da Companhia Agrícola Francisco Schmidt, visando impedir a divisão do patrimônio e assegurar sua potencialidade econômica, em uma época marcada por crises de superproduções e climáticas. Por meio disso, o grupo Schmidt obteve condições não só de resistir ao impacto das crises, como também de aumentar suas propriedades. A partir de 1921, a Cia. Agrícola não adquiriu mais nenhuma fazenda, e em 1923 começou a enfrentar dificuldades.

A Companhia Agrícola se manteve coesa até o momento da morte de Francisco Schmidt no ano de 1924 - a data limite do nosso recorte. Já no ano subsequente à morte do coronel Schmidt, temos a dissolução da Companhia Agrícola, reflexo das crises constantes de café somada com a morte do patriarca, o que fez com que credores se voltassem à Companhia Agrícola para cobrar as dívidas, como foi o caso da *Theodor Wille & Cia.*

Assim, o que a dissertação buscou fazer foi analisar a construção de um personagem, que soube criar os laços necessários para conseguir sair da condição de um simples imigrante, que veio para trabalhar na lavoura de café para se tornar um grande cafeicultor de importância nacional, que atuava nas mais diversas atividades, não ficando restrito ao plantio de café, e chegou até participar na política de Ribeirão Preto, assim continuou criando as condições necessária para continuar próspero.

FONTES:

Almanach Ilustrado de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Sá, Manaia & Cia., 1914, não pag. APHRP.

BOTELHO JR., Martinho. **Brazil Magazine:** Revista Ilustrada d'Arte e Actualidades. Rio de Janeiro: s. ed., v.5, n.57, 1911.

Inventário Francisco Schmidt. Nº do processo: 1986/116 - 19º Volume, fls 34212. Cartório do 9º Offcio – Escrivão Dr. Hugo Ribeiro. Comarca da Capital do Estado de S. Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE RIBEIRÃO PRETO. **Filhos do Café - Ribeirão Preto da terra roxa - tradicional em ser moderna.** Curadoria Histórica do Museu do Café. Ribeirão Preto (SP), Fundação Instituto do Livro, 2010.

Acervo do Jornal **O Estado de São Paulo.** Anos consultados: *1909, 1910, 1912, 1917, 1924.*

Primeiro Cartório de Registros de Imóveis e Anexos de Ribeirão Preto.

Livro: 530- 3A, fls nº 17; **Livro: 565** – 3A, fls nº23; **Livro: 731** – 3A, fls nº 56; **Livro: 732** - 3A, fls nº 57; **Livro 740** - 3A, fls nº 58; **Livro: 879** - 3A, fls nº 90; **Livro: 1012** – 3A, fls nº 116; **Livro: 1093** - 3A, fls nº 137; **Livro 1246** - 3A, fls nº 58; **Livro 1314** - 3A, fls nº 126.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVIM, Zuleika. **Brava Gente! Os Italianos em São Paulo, 1870-1920.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. **Santos, o porto do café.** (Tese de Livre Docência da cadeira de Geografia do Brasil, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo). Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1969.

BAPTISTA FILHO, Olavo. **A fazenda de café em São Paulo**. Nº 2, Documentário da Vida Rural. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura Serviço de Informação Agrícola, 1952.

BARBERO, Maria Inés. *Historiografía y problemas de la historia de empresas*. In: **Historia de empresas: aproximaciones historiográficas y problemas em debate**. Buenos aires: CEAL, 1993.

BEIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro**: aspectos políticos. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1977.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo séculos XV – XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. v. 3.

CAMARGO, J. F. **Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos**: ensaio sobre as relações entre a demografia e a economia. São Paulo, 1952. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

CANO, WILSON. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

CARONE, Edgard. **A República velha**. São Paulo: DIFEL, 1972.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3 ed. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CIONE, Rubem. **História de Ribeirão Preto**. V.5. 1. ed. Ribeirão Preto: IMAG, 1987.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 8. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Fundação Editorial UNESP, 2007.

CORRÊA, Lucelinda Schramm. **As políticas públicas de imigração europeia não-portuguesa para o Brasil – de Pombal à República**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil (1850)**. Tradução, Prefácio e Notas de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: DIFEL, 1971.

DELFIN NETTO, Antônio. **O problema do café no Brasil**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2009.

FALEIROS, Rogério Naques. **Fronteiras do café: fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917-1937)**. Tese (Doutorado em História Econômica) - Unicamp, Campinas, 2007.

FAUSTO, Boris. **Historiografia da imigração para São Paulo**. São Paulo: Editora Sumaré, 1991. Série Imigração.

_____. - Expansão do café e política cafeeira. In: **História Geral da Civilização Brasileira (período republicano)**, São Paulo: DIFEL, 1975, t. III, v. I, p. 193-248.

_____. - **Imigração e política em São Paulo**. São Paulo: Editora Sumaré, 1995. Série Imigração.

FONTANARI, R.; SAES, A. M.; Oliveira, P. R. de. **Transporte ferroviário e economia regional em São Paulo: comércio de café e gado pela Cia. Mogiana E.F. (1900-1920)**. XXXIII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social 2013.

FREITAS, Sônia Maria de. **E chegaram os imigrantes... (o café e a imigração em São Paulo)**. 2. ed. São Paulo. Edição da autora, 1999.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003. (Biblioteca Universitária. Série 2, Ciências Sociais; V. 23).

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial: os casos da Sociedade Bancária Mauá, Macgregor & Co. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Co. (1808-1840)**. São Paulo: Alameda, 2012.

HEFLINGER JÚNIOR, José Eduardo. **A revolta dos parceiros na Ibicaba**. Traduções Idéia escola de Línguas, Irene Sinnecker Levin, Peter John Walker. Limeira, SP: Unigráfica, 2009.

HOLLOWAY, T. H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo (1886-1934)**. Tradução: Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Vida e morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e colonização**. Justiça & História (Impresso), Porto Alegre, v. 2, p. 175-208, 2003.

_____. **A Política Imigratória Brasileira E Sua Legislação - 1822-1914**. In: XX Encontro Regional de História: História e Liberdade, 2010, Franca/SP. Anais - XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. São Paulo/SP, 2010.

LOMBARDI, Marco Aurélio de Sousa. **O Rei do Café na Capital do Oeste: Francisco Schmidt e a Modernização Urbana de Ribeirão Preto durante a Belle Époque Caipira (1892-1920)**. Texto integrante dos Anais do XIX

Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.

LOPES, Luciana Suarez. **Sob Os Olhos De São Sebastião A Cafeicultura e as Mutações da Riqueza em Ribeirão Preto, 1849 – 1900**. Tese, FFLCH, História Econômica, 2005.

_____. **Café, riqueza e famílias. Ribeirão Preto na segunda metade do século XIX**. História e Economia Revista Interdisciplinar, v. 4, p. 133-156, 2008.

_____. **Um estudo sobre a composição da riqueza em Ribeirão Preto com base nos inventários post-mortem, 1866-1888**. Revista do Centro Universitário Barão de Mauá, VOLUME 2, NÚMERO 1. 2009

MANHAS, A.C.B.S. **Formação e desenvolvimento do núcleo colonial Antônio Prado em Ribeirão Preto (SP)**. In: 2o Seminário de Patrimônio Agroindustrial Lugares de memória, 2010, São Carlos - SP. Anais do II seminário de Patrimônio Agroindustrial Lugares de Memória, 2010.

MARCONDES, Renato Leite. **A pequena e a média propriedade na grande lavoura cafeeira do Vale do Paraíba**. Locus, Juiz de Fora (MG), v. 4, n. 2, p. 35-54, 1998.

MARTINS, José de Souza. **Empresário e empresa na biografia do conde Matarazzo**. Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Sociais da UFRJ, 1967.

_____. A formação da fazenda de café. In: **O cativo da terra**. 2ª ed. São Paulo, LECH, 1981.

MATOS, Odilon Nogueira. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. 3. ed. São Paulo: Arquivo do Estado, 1981.

MELLO, Rafael Cardoso de. **Um “Coronel de saias” no interior paulista: a “Rainha do Café” em Ribeirão Preto (1896-1920)**. Dissertação Unesp-Franca. 2009.

MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução: Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MORAES, Maria Luiza de Paiva. **Companhia Agrícola Francisco Schmidt: origem, formação e desintegração (1890-1924)**. Dissertação (História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1980.

OLIVEIRA, Jorge Henrique Caldeira de; MARCONDES, Renato Leite. **Negociantes de imóveis durante a expansão cafeeira em Ribeirão Preto (1874 - 1899)**. Tempo - Revista do Departamento de História da UFF, Niterói - RJ, v. 8, p. 111-133, 2003.

_____. **O Café em Ribeirão Preto (1890-1940)**. História Econômica & História de Empresas, v. X, p. 171-192, 2007.

PERISSINOTTO, Renato M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

PETRI, Kátia Cristina. **Terras e Imigração em São Paulo: Política Fundiária e Trabalho Rural**. Histórica (São Paulo. Impresso), v. 02, p. 01-09, 2005.

_____. **Braços para a lavoura: a subvenção paulista para imigração (1886-1896)**. Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade. ISSN 2176-4174, [S.l.], n. 3-4, maio 2012. ISSN 2176-4174. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/9549>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **O imigrante italiano e a pequena propriedade (1824-1930)**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. 43ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PRATES, Prisco da Cruz. **Ribeirão Preto de outrora**. Ribeirão Preto: Bandeirantes, 1975.

Projeto de pesquisa Migração, humanismo latino e territorialidade na sociedade paulista 1850-1950. Especificamente, é resultado de um trabalho de coleta, organização, sistematização e informatização dos dados disponíveis, sobre a população estrangeira no Estado de São Paulo, nos censos publicados, nacionais e regionais, realizados ao longo de quase um século (1854-1950).

REIS, José Carlos. **História & Teoria: historicismo, modernismo, temporalidade e verdade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. História de empresas e história econômica do Brasil. In: **II Congresso Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica**, 1996.

_____. **A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **As ferrovias de São Paulo (1870-1940)**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SANTOS, Jonas Rafael dos. **Imigração e Ascensão Social em Ribeirão Preto entre o final do século XIX e meados do XX**. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu/MG, 2006.

SHUMPETER, Joseph A. La teoria económica y la historia empresarial. In: **Ensayos de Joseph A. Schumpeter**. Barcelona: Oikos-Tau, 1968.

SILVA, Sergio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Alfa - Ômega. 1995.

SILVA, Lígia Osorio. **Terras devolutas e latifúndios: efeitos da lei de 1850**. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

SIRIANI, Silvia Cristiana Lambert. **Uma São Paulo alemã: Vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1889)**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

_____. **Os descaminhos da Imigração alemã para São Paulo no século XIX – aspectos políticos**. Almanack Braziliense, nº02. novembro 2005.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: Homens, mulheres e Capital (1850-1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TOSI, P. G.; FALEIROS, R. N. **Domínios do café: ferrovias, exportação e mercado interno em São Paulo (1888-1917)**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 20, n. 2 (42), p. 417-442, ago. 2011.

VANGELISTA, Chiara. **Os Braços da Lavoura**. Imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930). São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. São Paulo; Rio de Janeiro: DDIFEL, 1976.

ANEXO I

DECRETO DE 16 DE MARÇO DE 1820

“Considerando a vontade de emigrar que os diferentes povos da Alemanha e de outros países manifestam pelo excesso de suas populações e considerando oportuno o estabelecimento de colônias estrangeiras no seu Reino do Brasil, seja para o bem deste mesmo reino, seja para o bem das famílias e pessoas que formarão as ditas colônias, Sua Fidelíssima Majestade Real se dignou determinar as condições sob as quais estes colonos deverão ser admitidos e as vantagens que lhe serão outorgadas.

1º- Sua Majestade concederá aos colonos estrangeiros vindos ao Brasil para estabelecer-se uma área de terra gratuitamente para a sua colonização. Esta área será de uma légua quadrada, mais ou menos, conforme a quantidade de famílias e pessoas que compõem a colônia.

2º- Se a colônia se compuser de várias famílias unidas para esta colonização, a área a ser dada será subdividida em datas de cerca de 400x400 braças (160.000 braças) para cada família. Haverá também áreas comunitárias suficientes e terras para a formação de uma cidade quando for o caso.

3º- Se a colônia a ser formada constituir de operários ou outras pessoas que um empresário tiver reunido e trazido para o Brasil por sua conta, a área prevista será dividida em duas partes, uma parte para o empresário e outra subdividida entre as famílias e pessoas trazidas, e fará cumpri-los.

4º- As colônias estabelecidas de uma ou de outra forma serão livres durante dez anos, do imposto do décimo e de quaisquer outras contribuições. Caso, porém, os colonos comprarem as terras já trabalhadas terão de pagar os mesmos impostos como os nacionais. Também terão de pagar, como os demais súditos portugueses, o quinto de todo o ouro encontrado e as taxas alfandegárias usuais sobre as mercadorias negociadas.

5º- As famílias e colonos que quiserem regressar à Europa antes de terminados os dez anos, poderão fazê-lo; mas não podendo de dispor das terras a eles concedidas estas voltarão à Coroa que as dará a outras famílias, ou disporá delas a seu critério. Querendo porém retornar à sua pátria depois de dez anos, os colonos poderão dispor das terras à sua livre vontade.

6º- Os colonos que no Brasil se estabeleceram nas terras cedidas gratuitamente, deverão ser considerados, a partir deste momento, cidadãos de sua Majestade, sujeitos às leis e aos costumes do país, ao mesmo tempo, porém, desfrutarão de todos os privilégios e vantagens como os súditos portugueses.

7º- Cada distrito colonial será administrado por um Diretos nomeado por sua Majestade até que a população seja suficientemente numerosa para nomear autoridades administrativas e judiciais, conforme as leis portuguesas.

8º- Para poder entrar no gozo dos mencionados direitos e privilégios, todos os colonos deverão ser de religião católica romana e pessoas de bons costumes e princípios. Deverão provar ambas as exigências mediante certificados que deverão ser reconhecidos pelos Ministros ou outros funcionários de Sua Majestade no exterior.”

Fonte: **Decreto Real de 16 de março de 1820**, apud SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. **Povoamento-Imigração Colonização**. Joinville: Imprensa Alvorada Ltda., volume I, 1983, pp. 271-272. Cf. também ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, vol. I, 1969, p. 95.)

ANEXO II

CRONOLOGIAS *

Mão de Obra (Imigrantes)

1827 – Chegada dos primeiros grupos de alemães à cidade de São Paulo com destino ao bairro de Santo Amaro

1831 – Primeira lei proibindo o comércio de escravos entre Brasil e a África

1840 – Primeira tentativa de trabalho em parceria. O senador Vergueiro traz 90 famílias portuguesas da região do Minho

1845 – Bill Aberdeen, lei inglesa proibindo o livre trânsito de escravos em todos os mares

1850 – Proibição do tráfico de escravos – lei Eusébio de Queiroz

1853 – Sistema de parceria nas fazendas de café nos municípios de Limeira, Rio Claro, Piracicaba e Jundiaí, SP

1857 – Revolta de Ibicaba

1866 – Imigrantes americanos chegam a Santa Bárbara

1870 – O sistema de parceria é abandonado em benefício do trabalho assalariado

1871 – Lei do Ventre Livre

1885 – Lei dos Sexagenários

1886 – De 3000 escravos, restam 593

1887 – Lei da Abolição da Escravatura (Lei Áurea)

1888 – A partir desta data se intensifica a entrada de imigrantes italianos. Chegam operários anônimos como os Ramenzoni e Scarpa, que ficaram fortuna. Chegam também Rodolfo, Crespi, Alexandre Siciliano, Egidio Gamba, Guiseppe Martinelli, Francesco Matarazzo, que formaram, mais tarde, a elite industrial paulista

1895 – Greves em fazendas de café de Ribeirão Preto e Piracicaba por falta de pagamento de salários e, em Cravinhos, por maus-tratos aos colonos italianos

* Baseada em FREITAS, Sônia Maria de. ***E chegaram os imigrantes... (o café e a imigração em São Paulo)***. São Paulo, 1999. 2ª Edição. p.78 – 81.

1900 – Cerca de 1 milhão de estrangeiros entraram no país até esta data

1902 – Decreto Prinetti do governo italiano proíbe a vinda de imigrantes italianos subvencionados

1908 – A Espanha proíbe a imigração subvencionada para o estado de São Paulo

1908 – Início da imigração japonesa. O navio Kasato Maru chega com 165 famílias

Política Migratória

1822 – Independência do Brasil

1822/31 – Primeiro Reinado

1831/40 – Regências

1840/89 – Segundo Reinado

1878 – A partir de dezembro, imigrantes são enviados para a Hospedaria de Imigrantes no bairro de Santana que servirá, até então, como sede do primeiro Núcleo Colonial fundado na cidade de São Paulo em 1º de julho de 1877 (atual quartel do Exército-C.P.O.R.)

1882 – Primeiro semestre, a Hospedeira de Imigrantes é transferida para o bairro do Bom Retiro, num vasto terreno de 8.000 m² adquirido de Manfred Meyer

1885 – Início da política imigratória – passagem subvencionada ou gratuita

1866 – Fazendeiros paulistas fundam a Sociedade Promotora de Imigração
Início da construção da Hospedaria de Imigrantes do Brás

1887 – Ocupação parcial da Hospedaria de Imigrantes, em virtude das epidemias de varíola e difteria na Hospedaria do Bom Retiro

1888 – Término da construção da Hospedaria de Imigrantes no Brás

1889 – Proclamação da República

Decreto: são considerados brasileiros todos os estrangeiros aqui residentes a 15 de novembro e os que tiverem residência no país por 2 anos

1890 – Decreto 528 – regulamentava a entrada de imigrantes no território nacional, exceto pessoas sob processo crimina. Para entrada de pessoas da África e da Ásia seria necessária autorização do Congresso Nacional. O comandante do navio que trouxesse pessoas desses continentes seria multado

1893 – Imigração e colonização passam a ser atribuições dos estados. São Paulo mantém a imigração subvencionada

1905 – Surge o Departamento de Terras, Colonização e Imigração

1906 – Decreto 1355 cria a Agência Oficial de Colonização e Trabalho (anexa à Hospedaria de Imigrantes de São Paulo) para contratar imigrantes e disciplinar o mercado de trabalho

1907 – Cria-se a Inspetoria de Imigração em Santos para perceber os imigrantes

1911 – Funda-se o Patronato Agrícola, para resolver divergências entre colonos e fazendeiros – É fundado o Departamento Estadual do Trabalho

1930 – Revolução de 1930

1934 – Lei restringe a imigração. Durante o período getulista foi implantada uma política de restrição e discriminação à imigração

1939 – O D.T.C.I. é transformado em Serviço de imigração e Colonização.

Cronologia Francisco Schmidt:¹⁹³

1850: no dia 03 de outubro nascia Franz Schmidt em Osthofen, Reino da Prússia.

1858: família Schmidt chega ao Brasil – Jakob e Gertrud Schmidt, e o pequeno Francisco Schmidt. Destino da família era trabalhar na colônia de São Lourenço, na fazenda Felicíssima, no município de São Carlos.

1873: Francisco Schmidt casa-se com Alberthine Kohl, também imigrante prussiana, eles tiveram oito filhos.

Casal muda-se para Descalvado, onde trabalham nas terras de Rafael Tobias de Aguiar.

¹⁹³ Cronologia feita a partir de dados retirados da documentação da dissertação.

1878: Schmidt compra um armazém de secos e molhados, também é quando começa trabalhar como corretor de café para a firma alemã, *Theodor Wille & Cia.*

1889: Schmidt compra sua primeira propriedade, Bela Paisagem, no município de Santa Rita do Passa Quatro. Nessa mesma época em que Francisco Schmidt associa-se a Arthur Aguiar Diederichsen, fazendeiro representante da *Theodor Wille* na região de Ribeirão Preto.

1890: Schmidt e Diederichsen compram a fazenda Monte Alegre, contando com o financiamento da *Theodor Wille & Cia.* Mas após a compra Arthur Diederichsen se arrepende da compra, Schmidt adquire a parte do sócio.

1892-1896: Vereador na 7ª Legislatura da Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

1896-1899: Vereador (Suplente) na 8ª Legislatura da Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

1899-1902: Vereador e Vice-Presidente da Câmara na 9ª Legislatura da Câmara Municipal de Ribeirão Preto

1901: Francisco Schmidt foi nomeado, pelo então Presidente da República Campos Sales, Coronel-comandante da 72ª Brigada de Infantaria da Guarda Nacional.

1906: Implantou o primeiro engenho de açúcar da região no município de Sertãozinho (Engenho Central, no atual município de Pontal).

1910: Falecimento da mãe de Francisco Schmidt.

1911-1914: Vereador na 13ª Legislatura da Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

1913: Francisco Schimdt recebeu o título de 'Rei do Café'.

1914-1917: Vereador e Presidente da Câmara na 14ª Legislatura da Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

1917: Com a morte de sua esposa nesse ano, organizou com seus filhos (Gertrudes Schmidt Whitaker, Anna Schmidt Ferreira Ramos, Guilherme Schmidt, Jacob Schmidt, Albina Schmidt Whately, Arthur Schmidt, Magdalena Schmidt Villares e Ernesto Schmidt) a criação da Cia. Agrícola Francisco Schmidt.

1917 – 1920 (renunciou em 1917): Vereador e Presidente da Câmara na 15ª Legislatura da Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

1923: Francisco Schmidt com sérios problemas de saúde, transferiu-se para a cidade de São Paulo

1924: falecimento do Coronel Francisco Schmidt, na cidade de São Paulo, no dia 18 de maio.

ANEXO III

Áreas da Companhia Agrícola Francisco Schmidt no ano de sua criação (1918)

Quantidades de alqueires e seus respectivos preços na ocasião da organização da Companhia Agrícola Francisco Schmidt em 1918.

<u>Alqueires</u>	<u>Preços por alqueires</u>	<u>Valor</u>
100	15\$000	1:500\$000
1660	20\$000	33:200\$000
3638	50\$000	181:900\$000
7007	100\$000	700:700\$000
3617	150\$000	542:550\$000
4245	200\$000	849:500\$000
750	150\$000	187:500\$000
2126	300\$000	637:800\$000
3989	400\$000	1.595:600\$000
27132 alqueires		Rs: 4.730:250\$000

Adquiridas depois: (1918 – 1920)

<u>Alqueires</u>	<u>Preços por alqueires</u>	<u>Valor</u>
18539	16\$000	296:624\$000
2003	20\$000	40:060\$000
16500	25\$000	412:500\$000
1600	36\$000	57:600\$000
1523	50\$000	76:150\$000
2703	56\$000	151:368\$000
500	60\$000	30:000\$000
5692,5	100\$000	569:250\$000
125	150\$000	18:750\$000
299	180\$000	53:820\$000
270	200\$000	54:000\$000

110	240\$000	26:400\$000
201	300\$000	60:300\$000
146,5	350\$000	51:275\$000
278,5	400\$000	111:400\$000
20	450\$000	9:000\$000
49	600\$000	29:400\$000
50559,5 Alqueires		Rs: 2.047:897\$000

Total

77691,5 Alqueires

Rs: 6.753:997\$000

Fonte: MORAES, Maria Luiza de Paiva. **Companhia Agrícola Francisco Schmidt**: origem, formação e desintegração (1890-1924). Dissertação (História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1980. p. 151.

ANEXO IV

Bens da Companhia Agrícola Francisco Schmidt (1920)

Descrição da composição da Companhia Agrícola Francisco Schmidt no ano de 1920, período que representou seu auge.

Capital composto por:

- terras
- cafeeiros
- canaviais
- pastos
- benfeitorias
- maquinário
- instalações elétricas
- arreios
- veículos,
- móveis
- sacaria
- milho e utensílios diversos.

Totalizava: Rs. 35.509:281\$798

FAZENDA MONTE ALEGRE

220 alqueires de terras

99.510 cafeeiros – 70 alqueires terreno arado, restando em pastos e benfeitorias

Casa da sede com todas as dependências, inclusive 3 banheiros completos.

Casa de administração, piscina, casa de máquina - máquina São Paulo nova, triturador, moinho picar cana, debulhador de milho, máquina picar mandioca.

35 casas para colonos, 3 cocheiras para vacas e burros, chiqueiro porcos, grande depósito para café e algodão.

100 cabeças de gado de criar, 22 cabeças porcos, 30 burros, 4 cavalos, e 2 carrocinhas, 1 carrinho, 1 trolly, 3 vagnetas.

4 arados de disco John Deere, 3 tombadores, 5 grades, 4 semeadeiras, 30 pulverizadores, 10 carpideiras, muitos utensílios diversos.

Fonte: MORAES, Maria Luiza de Paiva. **Companhia Agrícola Francisco Schmidt: origem, formação e desintegração (1890-1924)**. Dissertação (História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1980. p. 155.

ANEXO V

Transcrição da Partilha do Inventário de Francisco Schmidt

PARTILHA

Frederico Ernesto de Aguiar Whitaker Junior e sua mulher Dona Gertrudes Schmidt Whitaker, Dr. Francisco Ferreira Ramos e sua mulher Dona Anna Schimdt Ferreira Ramis, Guilherme Schmidt e sua mulher Dona Judith de Barros Schmidt, Ernesto Schmidt, Arthur Schmidt, todos estes representados por seu advogado e procurador Dr. Luiz Barboza da Gama Cerqueira, Jacob Schmidt e sua mulher Dona Bertha Whately Schmidt, Dr. Henrique Dumont Villares e sua mulher Dona Magdalena Schmidt Villares, estes quatro representados por seu advogado e procurador Dr. Laurentino de Azevedo, e Alberto Whately e sua mulher Dona Albina Schmidt Whately, representados por seu advogado e procurador Dr. J. A. Capote Valente, todos maiores, herdeiros do finado CORONEL FRANCISCO SCHMIDT, têm resolvido fazer, como de facto pelo presente fazem, a partilha dos bens do espólio e pela maneira seguinte:

ACTIVOS:

Immoveis:

- Fazenda S. Luiz, situada na comarca de Pirajú, deste Estado, descripta e avaliada à fl. 51.....850: 000 \$ 000

- Fazenda Mattão, situada na comarca de Botucatu, deste Estado, descripta e avaliada à fl. 50500: 000\$ 000

- Uma gleba de campos de criar, no lugar denominado 'Caxambú', comarca de Sacramento, no Estado de Minas Gerais, descripta e avaliada à fl. 51..... 250: 000\$ 000

A transportar 1.600:000 \$ 000

- Três glebas de terras, com a área de oitocentos alqueires, na fazenda Cachoeira e uma outra gleba com a área de quatrocentos e trinta alqueires, todos situados na comarca de S. José do Rio Preto, deste Estado, descriptas e avaliadas às fls. 51 e 52..... 123:000\$00

- Uma gleba de mil alqueires de terras em litigio na fazenda denominada Ribeirão dos Bugres ou Tibiriçá, situada na comarca de Pennapolis, deste Estado, descripta e avaliada à fl. 51..... 5: 000\$ 000

- Uma casa e terreno na Avenida Paulista nº 89, nesta Capital, descripta e avaliada à fl. 50..... 800: 000 \$ 000

- Uma casa, à rua Duque de Caxias, na cidade de Ribeirão Preto 40: 000 \$ 000

DIVERSOS:

- Direito e ação sobre o prédio do Theatro Carlos Gomes, da cidade de Ribeirão Preto, descriptos e avaliados à fl. 52..... 100:000\$000

- Contracto com o Senador Rodolpho Miranda, descripto e avaliado à fl. 50 1.600: 000 \$000

- 6.217 saccas de café, descriptas e avaliadas a 150 \$ 000 por sacca, à fl. 150..... 923: 550 \$ 000

- 7. 496 acções da Comp. Agrícola FRANCISCO SCHMIDT, descriptas e avaliadas a 1:800 \$ 000 `fl. 53..... 13. 492: 800 \$ 000

- Divida activa em que figura como devedor o Coronel Arthur Diederichsen..... 260:000\$000

COLLAÇÕES

- As constantes de fls. 56 a 58.....2. 272: 631\$ 384

A transportar..... 21. 225: 981 \$ 384

Deixam de figurar no ACTIVO as terras da fazenda “Coqueirão”, por pertencerem à Cia. Agrícola Francisco Schmidt, conforme consta à fl. 24.

PASSIVO

Pelas dividas descriptas às fls. 61 – 62:

- A' Comp. Agrícola Francisco Schmidt..... 1. 636: 074 \$ 314

- A' Rodrigues Alves & Cia.....526: 510 \$ 948
- Aos mesmos Rodrigues Alves & Cia.....200: 000 \$ 000
- Ao Banco de Credito Hypothecario e Agricola do Estado e S. Paulo.....141:
917 \$ 900
- Ao Dr. Joaquim Machado de Mello, cambiaes do aceite do inventariado..363:
400 \$ 000
- Ao Dr. Eduardo Vergueiro de Lorena, também por cambiaes do aceite do
inventariado... 132: 500 \$ 000
- Ao Dr. Pompeu de Campos, conta de serviços médicos..... 48:
000 \$000

3. 047: 403 \$ 162

LIQUIDA A PARTILHAR

18. 178: 578 \$ 222

Dividido esse saldo pelos oitos herdeiros cada a cada um deles a quantia de
2.272: 322\$ 277.

Fonte: **Inventário Francisco Schmidt.** Nº do processo: 1986/116 - 19º
Volume, fls 34212. Cartório do 9º Offcio – Escrivão Dr. Hugo Ribeiro. Comarca
da Capital do Estado de S. Paulo. p.85 – 90.